

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MARCELO SCALABRIN MÜLLER**

**OS BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS E A POLÍTICA ECONÔMICA  
DO GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)**

**Porto Alegre**

**2016**

**MARCELO SCALABRIN MÜLLER**

**OS BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS E A POLÍTICA ECONÔMICA  
DO GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

**Porto Alegre**

**2016**

CIP - Catalogação na Publicação

Müller, Marcelo Scalabrin  
Os bancos comerciais privados e a política  
econômica do governo João Goulart (1961-1964) /  
Marcelo Scalabrin Müller. -- 2016.  
61 f.

Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Bancos comerciais privados. 2. Política  
econômica. 3. Grupos de interesse. 4. João Goulart.  
5. História econômica brasileira. I. Fonseca, Pedro  
Cezar Dutra, orient. II. Título.

**MARCELO SCALABRIN MÜLLER**

**OS BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS E A POLÍTICA ECONÔMICA  
DO GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 06 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Sérgio Marley Modesto Monteiro  
UFRGS

---

Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão  
UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Aos meus maiores amores, meus pais, Alfredo e Regina, e minha mana Mariana, que sempre me apoiaram em perseguir meus sonhos, me deram toda a liberdade para trilhar meus próprios caminhos e tiveram toda a tolerância do mundo com as minhas idiossincrasias. Sem seu interminável carinho para me dar forças e seu eterno voto de confiança sinto que não chegaria a lugar algum.

Ao meu orientador, Pedro Cezar Dutra Fonseca, que na sala de aula ou no seu gabinete me deu grandes lições sobre a economia brasileira, além de ser uma grande inspiração sobre como um acadêmico deve se portar. Aos outros membros da banca, Sérgio Monteiro e Ivan Salomão, agradeço o tempo que dedicaram à minha pesquisa e, ao primeiro, as valiosas lições que recebi em sua cadeira de Projeto.

À minha amiga do peito Gláucia Campregher e seus filhos Isadora e Caio, por todas as maravilhosas conversas, que são a síntese da nossa amizade. Sou uma pessoa muito mais feliz por tê-los por perto.

Ao meu grande amigo Bruno Cardoni, por me provar todos os dias que a amizade pode dar sentido a esse absurdo.

Aos amigos que tornaram esses cinco anos muito mais especiais: Henrique Bordini, Bettina Rubin, Raíssa Nothhaft, Gérson Astolfi, Caroline Jacobi, Ana Catarina Mesquita, Matheus Bizarria, Cícero Kroeff, Otávio Miranda, Rafael Branchtein, Lívia Machado, Alisson Basso, Eduardo Carneiro e João Pedro Cadore. Aos Lardot-Merlin e aos Yubero. Aos queridos Pedro Perfeito e Bruno Gomes Guimarães, pelo grande incentivo intelectual de sempre.

A todos os meus professores, por sempre estimularem minha curiosidade intelectual. Vocês são demais.

Ao Estado brasileiro, por me dar esta incrível oportunidade de aprendizado. Aos meus queridos colegas, por caminharmos juntos e irmos tão longe. Ao projeto Relações Internacionais para Educadores.

## RESUMO

O início da década de 1960 foi marcado, no Brasil, pela coexistência de uma crise econômica e política, agravada pela renúncia de Jânio Quadros e a inesperada adoção do Parlamentarismo para João Goulart (PTB-RS). O objetivo deste trabalho é avaliar se os bancos comerciais privados constituíam um grupo de interesse, com uma pauta de política econômica comum. Para tanto, os principais temas do debate da política econômica de interesse dos banqueiros e quais suas propostas para estes temas foram investigados. Foi buscado esclarecer, com a literatura, aspectos teóricos e históricos para responder o problema de pesquisa. Da Ciência Política, foram mobilizados o conceito de grupo de interesse e as diferentes visões de como estes afetam a decisão estatal. O papel dos bancos na economia e no contexto brasileiro da década de 1960 foram levantados. Um mapeamento dos principais bancos privados e banqueiros do país foi realizado, o que serviu de base para uma pesquisa em fontes primárias, a nível coletivo e individual, da posição dos banqueiros. Coletivamente, destaca-se a institucionalização dos banqueiros como grupo de interesse através da organização dos Congressos Nacionais de Bancos. Os quatro maiores banqueiros privados do país foram selecionados para a análise individual de manifestações: Gilberto Andrade Faria, José Magalhães Pinto, Walther Moreira Salles e Gastão Vidigal. As posições defendidas publicamente pelos banqueiros permitiram concluir que as principais pautas dos bancos privados eram a Reforma Bancária e a estabilização da economia. Em síntese, estas significavam, respectivamente, a criação do Banco Central e solução dos contínuos déficits do governo. Ambas propostas dos banqueiros só seriam atendidas após o golpe militar de 1964, uma vez que a perda de legitimidade e a instabilidade política não permitiram ao governo Goulart realizar as reformas, nem estabilizar a economia.

**Palavras-chave:** Bancos comerciais privados. Política econômica. Grupos de interesse. João Goulart. História econômica brasileira.

## ABSTRACT

The early 1960s was marked, in Brazil, by simultaneous economic and political crisis, aggravated by Jânio Quadros resign and the unexpected adoption of parliamentary system under João Goulart (PTB-RS). This paper's objective is to evaluate if the private commercial banks constituted an interest group, with a common agenda for economic policy. For such, the most important themes of the economic policy debate for the bankers' interests and what were their proposals about these themes were investigated. With the literature, its theoretic and historical aspects were assessed to answer the research problem. From Political Sciences, the concept of interest groups and the different vision on how they affect policy decisions were mobilized. The role of banks in the Economy and in the Brazilian context of the 1960s was evaluated. A mapping of the most important private banks and bankers was made, from which it was possible to do a research on primary sources, in the collective and individual level, on the bankers' positions. Collectively, the bankers organized themselves as an interest group around the organization of the National Banks Congresses. The four most important bankers were selected for an individual analysis of their manifestations: Gilberto Andrade Faria, José Magalhães Pinto, Walther Moreira Salles e Gastão Vidigal. The bankers' publicly defended positions made it possible to conclude that the most important elements of their agenda were the Banking Reform and the stabilization of the economy. In synthesis, these meant, respectively, the creation of the Central Bank and the solution of the continuous governmental deficits. Both these proposals would be only served after the 1964 military coup d'état, since the loss of legitimacy and political force didn't allow the Goulart administration to achieve the reforms, nor stabilize the economy.

**Keywords:** Commercial private banks. Economic policy. Interest groups. João Goulart. Brazilian economic history.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BB	– Banco do Brasil
CMN	– Conselho Monetário Nacional
CNB	– Congresso Nacional de Bancos
FEBRABAN	– Federação Brasileira de Bancos
FENABAN	– Federação Nacional dos Bancos
IPES	– Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IBAD	– Instituto Brasileiro de Ação Democrática
PDC	– Partido Democrata Cristão
PSD	– Partido Social Democrático
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
RBB	– Revista Bancária Brasileira
SUMOC	– Superintendência da Moeda e do Crédito
UDN	– União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>Grupos de interesse na definição da política governamental.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2</b>	<b>Os bancos comerciais na economia.....</b>	<b>15</b>
<b>2.3</b>	<b>A economia brasileira no início da década de 1960 .....</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>OS BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS COMO GRUPO DE INTERESSE .....</b>	<b>24</b>
<b>3.1</b>	<b>A atividade bancária no início da década de 1960 .....</b>	<b>24</b>
<b>3.2</b>	<b>Os banqueiros se unem como grupo de interesse .....</b>	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>BANQUEIROS E A POLÍTICA ECONÔMICA IMPLEMENTADA .....</b>	<b>35</b>
<b>4.1</b>	<b>Mapeamento dos principais bancos privados e banqueiros.....</b>	<b>35</b>
<b>4.2</b>	<b>Expressões individuais de banqueiros sobre a Política Econômica.....</b>	<b>39</b>
<b>4.3</b>	<b>Considerações sobre a Política Econômica implementada.....</b>	<b>46</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O início da década de 1960 foi caracterizado pela coexistência entre crise política e crise econômica. Anos de radicalização política levaram, em 1961, a dificuldades na posse de João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que teve de aceitar o parlamentarismo em meio à campanha da legalidade. Os anos de grande expansão econômica de Juscelino Kubitschek deram lugar a alta inflação e incerteza. Nem a posterior vitória política do presidencialismo permitiu a Goulart uma política econômica capaz de estabilizar o país (ABREU, 1990; SKIDMORE, 2010; SCHWARCZ; STARLING, 2015). O desfecho, político e econômico, seria dramático: um golpe militar.

O estudo da alternância na condução da política econômica pode ser enriquecido pela compreensão da atuação dos grupos sociais na sua formulação (LOUREIRO, 2012). Em um sistema democrático, os grupos de interesse formados na sociedade buscam influenciar o complexo processo de formulação de políticas públicas, o que recomenda sua análise (SANTOS, 2011). O tema é relevante se considerarmos que a política econômica efetivada por um governo é conhecida; a maneira como foi gestada, porém, é menos clara. Segundo Santos (2011, p. 17), “a atuação dos interesses organizados junto às instituições de poder do Estado”, visando a afetar o processo decisório, é um tema relevante de estudo da Ciência Política. Tanto mais quando se trata de um grupo social como o dos banqueiros, cujos bancos atuam nos mais diferentes ramos da produção e são altamente interessados na condução da política econômica (MINELLA, 1988).

O principal objetivo deste trabalho é esclarecer quais eram os principais temas do debate da política econômica de interesse dos banqueiros e quais suas propostas para estes temas. É preciso sintetizar o que entendemos, aqui, como política econômica. Tomamos este conceito de uma maneira mais ampla que apenas os recursos de estabilização de curto prazo à disposição dos governos através da política fiscal, monetária e cambial, em linha com o que propõe Fonseca (2014, p. 30, nota 6). Assim, nos interessam todas as proposições dos banqueiros quanto à gestão estatal com impacto sobre a atividade econômica, seja de curto, médio ou longo prazo, incluindo reformas institucionais e políticas setoriais, desde que relacionados aos grandes temas em que delimitamos nossa pesquisa. As propostas dos bancos comerciais privados sobre a política econômica a ser adotada durante o governo João Goulart (1961-1964) são captadas a partir da sua manifestação, seja pela comunicação pública de sua incipiente organização de classe, seja pela comunicação de indivíduos que tenham poder decisório nas organizações analisadas. A expressão no discurso, como lembra Dahl (2006, p.

66), não pode ser levada, de maneira inocente, como a expressão das preferências. Isso é ainda mais grave, no caso de alguns indivíduos que serão aqui analisados, por possuírem posições econômicas e políticas concomitantemente. Entretanto, encaramos o estudo das preferências comunicadas como um primeiro passo, ainda que não definitivo, no estudo das preferências de um grupo de interesse.

O primeiro passo para responder ao problema de pesquisa é identificar o objeto e delimitá-lo. O objeto deste trabalho são os bancos comerciais privados, entendidos como grupo de interesse na sua relação com o Estado. Goldsmith (1986, p. 256), em sua compilação de dados sobre a evolução dos ativos das instituições financeiras, define que o sistema bancário brasileiro era constituído, entre 1946 e 1964, de Autoridade Monetária, Banco do Brasil e bancos comerciais. Estes, por sua vez, poderiam ser divididos entre públicos federais, incluindo-se Banco do Brasil, públicos estaduais e privados. São estes últimos, os bancos comerciais privados, nos quais se concentra este trabalho. O setor bancário privado era mais extenso, já que o mesmo autor cita outras instituições financeiras privadas, quais sejam: empresas de capitalização, companhias de seguros, fundos de pensão e organizações de seguro. Apesar da relevância destas outras instituições, aqui abordaremos apenas os bancos comerciais privados, por entender que são o cerne da atividade financeira privada no país. Segundo Goldsmith (1986, p. 257), em 1960, o sistema bancário representava 74,5% dos ativos do sistema financeiro, sendo os bancos privados responsáveis por aproximadamente metade deste valor.

Além dos objetivos centrais acima, para melhor compreender a atuação dos banqueiros como grupo de interesse, pretende-se, como objetivos secundários:

- a) explicar o grau de coesão das pautas dos banqueiros;
- b) identificar se tais pautas divergiam com a de outros setores influentes na economia;
- c) considerar se o setor possuía bancada no Congresso para realizar sua interlocução com o governo;
- d) precisar em que momento o setor retirou apoio do governo, que viria a ser derrubado.

A hipótese é que os dois grandes temas de interesse dos bancos privados, no período, eram a estabilização da economia e a Reforma Bancária em discussão no Congresso. Para cada um destes temas há uma hipótese sobre a posição dos banqueiros. Para a primeira, espera-se uma visão ortodoxa da solução da instabilidade econômica, uma vez que, como diz

Minella (1988, p. 90), “os banqueiros sempre foram defensores da austeridade.” Quanto à reforma, a hipótese é de que os bancos comerciais privados tiveram como principal pauta garantir a criação do Banco Central, uma vez que a atuação do Banco do Brasil como autoridade monetária tornava-o concorrência desleal para os bancos comerciais privados. A reforma só viria a ser levada a cabo na ditadura militar, na lei 4.595, assinada por Castelo Branco em 31 de dezembro de 1964 (MINELLA, 1988).

Dois procedimentos principais foram empregados nesta pesquisa. O primeiro é a revisão bibliográfica, tanto do debate teórico sobre grupos interesse quanto da literatura empírica específica sobre os bancos comerciais privados no período analisado. A revisão da literatura empírica contribui tanto para contextualizar o período quanto para o mapeamento dos bancos comerciais privados existentes na época. É na literatura que se encontram os dados que permitem hierarquizar os bancos através do volume total de depósitos. Além disso, a bibliografia específica deve esclarecer quem eram as pessoas chave no processo decisório interno dos bancos, como seu proprietários, grandes acionistas e diretores, bem como os políticos com os quais os banqueiros cultivavam boas relações.

Uma vez identificadas estas instituições e indivíduos, foi possível avançar para o segundo procedimento de pesquisa, a investigação em fontes primárias. A primeira fonte consultada foi a Revista Bancária Brasileira (RBB), importante publicação sobre o setor bancário vinculada à representação patronal carioca, à disposição no acervo da Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral (FCE-UFRGS). Também foram consultados os seguintes jornais do período: O Estado de S. Paulo, o Correio da Manhã e o Jornal do Brasil. Estes foram selecionados por serem publicações citadas na seção de resenhas da RBB e por terem seu acervo digital acessível, através do portal do Estado de S. Paulo (2016) e da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (2016).

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, é feita uma revisão da literatura sobre três temas. Primeiro, o conceito de grupos de interesse, estudado por teorias da Ciência Política que buscam explicar o processo decisório em democracias representativas, literatura que foi escrita com foco nos Estados Unidos. Segundo, é revisada a literatura sobre o papel dos bancos na economia. Finalmente, é feita uma análise sobre o contexto institucional e conjuntural da política econômica do governo Goulart.

No segundo capítulo, os banqueiros são abordados como grupo de interesse que passa a se organizar publicamente. Isto é feito após uma avaliação das condições nas quais se dava a atividade bancária no início da década de 1960, identificando as principais tendências dos negócios bancários. O terceiro capítulo parte para uma análise em nível individual, em que

confundem-se a instituição bancária e seus proprietários. É assumida, como hipótese de trabalho, uma convergência nos interesses entre estes indivíduos e as organizações que comandam. Assim, este capítulo parte de um mapeamento dos principais bancos comerciais privados no período analisado, bem como os banqueiros em posição de destaque na sua hierarquia decisória, de modo a circunscrever o objeto na realidade. Não podendo fazer um estudo sobre todos os banqueiros e bancos privados brasileiros do período, que chegavam a 342 em 1961 (CHRISTOFFERSEN, 1969), utilizamos o critério de total de depósitos para selecionar as quatro instituições mais relevantes, bem como seus controladores. Por fim, são feitas considerações sobre a política econômica efetivada, buscando confrontar as posições defendidas pelos banqueiros e aquilo que se concretizou como política econômica implementada. Breves considerações finais buscam sintetizar a resposta para o problema de pesquisa.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

Neste capítulo, o objeto de pesquisa é aproximado a partir de uma revisão da literatura teórica e empírica. Esta revisão é dividida em três partes. Na primeira, o debate da Ciência Política sobre o conceito de grupo de interesse é abordado, com foco nas diferentes compreensões de como os grupos de interesse influenciam a política governamental. Na segunda, o papel da atividade bancária na economia é avaliado, o que permite compreender como se posicionam os bancos frente à política econômica e a outros setores econômicos. Na terceira, de história econômica, o contexto institucional e conjuntural em que a gestão Goulart teve de elaborar sua política econômica é resenhado.

### **2.1 Grupos de interesse na definição da política governamental**

O principal conceito relevante ao nosso objeto de pesquisa é o de grupo de interesse, estudado em trabalhos da Ciência Política. Ao fazer a revisão de quatro tradições teóricas que tentam explicar o funcionamento da política americana a respeito da influência dos grupos sociais, Gilens e Page (2014, p. 565) as dividem em dois pares quanto às fontes de influência. Primeiro, a Democracia Majoritária Eleitoral e o Pluralismo Majoritário dão ênfase ao poder do cidadão e cidadã médios nas decisões políticas. Estas teorias defendem que as ações dos três poderes seguem a opinião do indivíduo médio, uma vez que há uma correlação entre a ideologia majoritária de uma região e as políticas públicas ali postas em prática. Entretanto, por não considerar uma maior influência das elites tanto na formação de opinião quanto de políticas do Estado, esta relação pode ser espúria (GILENS; PAGE, 2014, p. 565-567). Segundo, a Dominação da Elite Econômica e o Pluralismo Enviesado atribuem maior poder de influência aos indivíduos pertencentes às elites sociais - econômicas ou não (GILENS; PAGE, 2014, p. 566-568). O que diferencia os Pluralismos das outras duas correntes é de pensar as disputas políticas na sociedade não como resultado de expressões individuais, mas sim da disputa entre grupos de interesse.

Gilens e Page (2014) realizam um teste empírico para avaliar a influência das posições do cidadão médio e das elites econômicas em relação à política pública efetivamente implementada nos Estados Unidos. Eles utilizaram respostas de pesquisas de opinião sobre 1779 proposições legislativas entre 1981 e 2002. Aos entrevistados foi feita uma pergunta objetiva e clara sobre ser favorável ou não a cada uma das propostas de lei, o que, aliado a dados sobre a estratificação de renda da amostra, permite entender quais camadas sociais são

mais atendidas pelas políticas públicas (GILENS; PAGE, 2014, p. 568). Os resultados a que chegam dão maior suporte àquelas teorias que sugerem uma maior influência das elites econômicas sobre a decisão política.

Dentre as agendas de pesquisa que consideram a existência de uma assimetria de poder em favor das elites sociais, a principal diferença entre a Dominação da Elite Econômica e o Pluralismo Enviesado é que o primeiro dá ênfase aos indivíduos, enquanto o segundo dá aos interesses organizados em grupos (GILENS; PAGE, 2014, nota 11). Pelo fato de nosso objeto tratar de um grupo social, são mais apropriadas teorias que propõem que “a política pública geralmente reflete o resultado da disputa entre grupos de interesse organizados e empresas” (GILENS; PAGE, 2014, p. 566, tradução nossa), o que dá destaque para o Pluralismo Enviesado. Assim, as duas tradições pluralistas, o Pluralismo Majoritário e o Pluralismo Enviesado, são abordadas para avaliar o que estas correntes teóricas podem contribuir para a compreensão dos grupos de interesse.

Uma das primeiras definições de grupos de interesse é a ideia de facções, do quarto presidente e Pai Fundador americano James Madison. No ensaio conhecido como *The Federalist n. 10*, Madison elaborou um esboço de teoria da democracia, com particular atenção à limitação do poder dos grupos sociais como meio de evitar a tirania. Assim, para Madison, uma facção é um grupo de indivíduos cuja união está motivada por uma paixão ou interesse comum que diverge dos outros indivíduos na sociedade (DAHL, 2006, p. 15). Ele divide as facções em minoritárias ou majoritárias, em função do seu número frente ao total de cidadãos. Para ele, a tirania de uma facção minoritária na sociedade é evitada de maneira quase automática pela representação, já que o número de representantes que defendem os interesses de uma facção minoritária será neutralizada pela maioria do Parlamento. A saída para evitar uma facção majoritária seria ter uma república com um grande número de cidadãos, o que permitiria uma diversidade de interesses que não permitisse a existência de uma facção majoritária (DAHL, 2006, p. 16-17). Além do alto grau de automatismo e confiança na democracia representativa, a posição de Madison, como lembra Dahl, dá demasiada importância aos freios e contrapesos das instituições estatais e pouco para os encontrados na “sociedade pluralista” (DAHL, 2006, p. 22). De qualquer forma, como método de análise da definição da política estatal, Madison dá uma grande contribuição ao introduzir a ideia de grupos sociais em disputa, ainda que sua definição de facções seja demasiado abrangente (GILENS; PAGE, 2014, p. 566).

Diferente do método dedutivo de Madison, baseado no axioma de que o objetivo principal da democracia seria a constituição de uma república não-tirânica, Dahl propõe um

método indutivo para significar os elementos principais de uma democracia. Ele buscou o que têm em comum as sociedades consideradas democráticas para daí extrair os elementos básicos de uma democracia. A pergunta principal de Dahl (2006, p. 64, tradução nossa) é “Quais são as condições necessárias e suficientes para maximizar a democracia no mundo real?”<sup>1</sup> Para ele, a participação política é o principal elemento a para avaliar a democracia, e assim a disputa de um número suficiente de grupos de interesse resultaria numa política estatal próxima do cidadão médio (DAHL, 2006; GILENS; PAGE, 2014).

Mancur Olson (2002) desafiou essa percepção majoritária ao questionar o senso comum de que haveria uma tendência natural de um grupo de pessoas com um interesse comum agir em prol desse interesse. Ele desenvolve uma teoria dos grupos e das organizações, definindo-as a partir do seu propósito. Segundo ele, o propósito que diferencia as organizações é a promoção do interesse *comum* de seus membros (OLSON, 2002, p. 5-7). O autor elencou uma série de fatores que dificultam a ação coletiva dos grupos, principalmente seu tamanho. Um argumento que perpassa toda a obra é de que grupos pequenos conseguem levar adiante seus interesses com maior facilidade. O autor chega a essa conclusão ao analisar os grupos sociais através de um modelo microeconômico. Ele afirma que a consecução de determinado objetivo coletivo que une os membros de determinado grupo pode ser compreendido como um bem público, isto é, um bem que uma vez ofertado pode ser consumido por todos os membros do grupo indiscriminadamente. Esta interpretação gera uma série de dificuldades para a consecução do objetivo coletivo, muitas das quais devido à tendência do comportamento de *free rider*. Três fatores tornariam os grandes grupos menos propensos à oferta do bem comum: os menores ganhos relativos para cada indivíduo, a maior dificuldade de que haja um indivíduo que banque sozinho os custos de fornecimento do bem coletivo e os custos de organização e coordenação do grupo (OLSON, 2002).

Embora a investigação de Olson (2002) tenha como base a ação individual, é a ação coletiva dos grupos sociais que media as vontades individuais na formação de uma política estatal. Isto o distancia das teorias que propõem que os indivíduos têm acesso direto ao poder, através do voto ou de sua influência pessoal, como a Democracia Majoritária Eleitoral e a Dominação da Elite Econômica. Ao contrário destas teorias, para Olson (2002) a existência de várias organizações na sociedade não advém da tradição, e sim da racionalidade, em termos dos custos e benefícios da ação coletiva, para os membros de uma organização. Em

---

<sup>1</sup> No original: “What are the necessary and sufficient conditions for maximizing democracy in the real world?”

<sup>2</sup> **Revista Bancária Brasileira**, 30 set. 1961.

<sup>3</sup> Como já foi mencionado, a SUMOC foi criada em fevereiro de 1945. Aqui estamos considerando também o

nossas sociedades, um único indivíduo tem dificuldade de fazer valer seus interesses, mesmo que a isso dedique toda sua energia e recursos por divergir e entrar em conflito com os outros indivíduos ao seu redor. É possível imaginar que os conflitos sejam constantes também entre aqueles setores da sociedade que acumulam mais poder.

Para Gilens e Page (2014, p. 567), as ideias de Olson (2002) desafiaram as teorias pluralistas, pois mostraram que mesmo havendo interesses comuns entre milhões de cidadãos, ainda existe um dilema de ação coletiva para que estes o levem adiante. A interpretação do Pluralismo Enviesado é que ainda que todos os cidadãos possam ter uma voz na política, algumas vozes são mais ouvidas que outras. Este é o mote de um trabalho contemporâneo desta agenda, de Schlozman, Verba e Brady (2012), sobre a democracia dos Estados Unidos. Com grande preocupação sobre a equidade da voz na política americana, eles analisam como as desigualdades no Pluralismo Enviesado americano são herdadas e podem inclusive ser transformadas a partir de novas tecnologias como a internet. Para tanto, eles avaliam a natureza comunicativa da ação política, inclusive o voto, e como, a partir disto, deve-se compreender a distribuição da voz política entre os diferentes grupos sociais – e as motivações dos agentes governamentais para dar-lhes ouvido – para que se possa avaliar a qualidade da democracia (SCHLOZMAN; VERBA; BRADY, 2012).

## **2.2 Os bancos comerciais na economia**

Bancos comerciais, na sua definição básica, são intermediários entre ofertantes e demandantes de crédito (PAIVA; CUNHA, 2008). Não são os únicos a fazer a intermediação financeira na sociedade: há outras instituições que auxiliam os agentes na venda e aquisição de ativos financeiros, como bancos de investimento, financeiras, fundos de pensão (SILVA, 1999). Os bancos comerciais captam dinheiro ao tomar emprestado dos correntistas, que aplicam seu capital ocioso em contas abertas no banco; de outros bancos, incluindo o Banco Central, no chamado interbancário; e do público que adquire títulos do banco no mercado secundário. A principal receita dos bancos são os juros dos empréstimos concedidos. Além disso, somam-se diversas tarifas, taxas e comissões que o banco cobra pelos seus serviços. As principais despesas do banco são o pagamento de juros das diferentes modalidades de captação e os custos operacionais de manutenção de suas atividades e agências bancárias (COSTA, 1978; PAIVA; CUNHA, 2008).

De maneira simplificada, o lucro pode assim ser resumido como a “diferença entre a taxa de juros que os bancos pagam pelo capital dinheiro que lhes confiaram e a taxa de juros

que exigem dos que deles recebem créditos” (COSTA, 1978, p.12). Esta diferença constitui o *spread* bancário. Claro que, nesta simplificação, o empréstimo é tomado como único produto do banco. A atividade bancária vai muito além disso, uma vez que possui uma variedade de produtos financeiros das quais se obtêm lucros.

A origem do lucro bancário mostra a função essencial do banco para a economia e para a sociedade: a mobilização de recursos ociosos para fins produtivos (COSTA, 1978, p. 12). Esta atuação é fundamental para que se realize o investimento, determinante da renda e gasto capaz de ampliar a capacidade produtiva de um país (PAIVA; CUNHA, 2008, p. 215-216). Além disso, neste processo há a realização da segunda função essencial dos bancos comerciais, a determinação da oferta de moeda, através do multiplicador bancário (BOUZAN, 1973, p. 13). O multiplicador é uma taxa que exprime a capacidade do sistema de bancos comerciais em ampliar a oferta de moeda. Cada unidade monetária emitida pela Autoridade Monetária resulta numa ampliação da oferta de moeda igual ao multiplicador bancário. Literalmente, o banco empresta mais do que capta, pois lida com uma margem de previsibilidade dos saques feitos contra si. Um título de empréstimo dá ao mutuário o direito de sacar uma determinada quantia junto ao banco, mas isto não significa que tal valor será sacado imediatamente. Além disso, parte deste valor pode ser utilizado para pagar correntistas do próprio banco, não resultando em nenhum saque. Assim, os bancos trabalham com alto grau de alavancagem, o que permite que o banco faça melhor a intermediação de oferta e demanda por títulos financeiros, pois oferece obrigações atraentes aos ofertantes de crédito, geralmente em prazo e condições exigentes, e ainda assim concede crédito (SILVA, 1999). Em outras palavras, o banco emite ativos maiores do que seu passivo. O resultado disto é que, ao conceder crédito, os bancos criam dinheiro *ex novo* (PAIVA; CUNHA, 2008).

Os bancos buscam manter um portfólio de ativos com risco diluído, o que pode ser facilitado pela escala oriunda da alavancagem. Vinculada à composição do risco do portfólio, a decisão de quais ativos adquirir – a quem conceder empréstimos – também caracteriza a atividade bancária. A assimetria de informações da economia de mercado também dá maior importância à atividade do intermediário financeiro. Os mutuários poderiam muito bem, em vez de contrair um empréstimo junto a um banco comercial, emitir títulos de dívida, como debêntures, e vendê-los ao público. Entretanto, é muito provável que a capacidade de análise de crédito do público seja limitada, podendo frustrar a emissão de dívida de uma empresa produtiva. Os bancos são instituições especializadas neste tipo de análise, contribuindo para o encontro da oferta e da demanda de capitais (SILVA, 1999).

Há limitadores ao multiplicador bancário, sendo o principal deles o compulsório. Ao captar dinheiro dos poupadores, os bancos são obrigados pela autoridade monetária a manter parte destes depósitos em reserva, na forma de depósitos junto à autoridade monetária, o chamado compulsório bancário. Isto é uma garantia de que os bancos terão capacidade de honrar os depósitos feitos pelos seus correntistas. O restante está liberado para a concessão de crédito, mas, como já se afirmou, isto sempre se dá num nível superior ao total de depósitos excluído o compulsório. Isto faz da determinação do compulsório um dos mais importantes instrumentos de política monetária, pois afeta diretamente a liquidez da economia.

Ao fazer a política monetária nas operações de mercado aberto - compra e venda de títulos públicos -, a Autoridade Monetária deve levar em consideração o multiplicador bancário. Quando o Banco Central realiza uma expansão monetária através da compra de títulos no mercado, a variação total da oferta de moeda na economia será maior que o valor dos títulos adquiridos, pois uma vez que o valor pago pelos títulos passa pelo sistema bancário, ele permite aos bancos a concessão de empréstimos em valor maior do que os títulos, a partir de seu grau de alavancagem (PAIVA; CUNHA, 2008, p. 224, 240, 245, 257).

Por sua vez, o lucro bancário está diretamente relacionado à política monetária. O lucro de um banco depende de sua capacidade de vender seu principal produto financeiro: os empréstimos. Esta capacidade é fortemente afetada por duas políticas da Autoridade Monetária: a delimitação do compulsório e suas operações de mercado aberto, já que os bancos são grandes detentores de títulos públicos. Ou seja, a política monetária afeta a lucratividade dos bancos. Não deve surpreender que estes tentem influenciar sua condução.

Por outro lado, não pode existir política econômica efetiva que ignore a importância do crédito. A atividade bancária teve grande importância no processo de industrialização, sendo o caso pioneiro da Inglaterra uma exceção. Os demais países, para conseguir chegar em relação capital-produto que permitisse competir com a produção inglesa, dependeram do crédito bancário de longo prazo (COSTA, 1978, p. 184-185).

### **2.3 A economia brasileira no início da década de 1960**

A formulação e implementação da política econômica no período se insere na estrutura institucional da política econômica e na conjuntura econômica. Estes dois aspectos são abordados para contextualizar o esforço dos governos Quadros e Goulart para estabilizar a economia, em claro contraste à euforia de crescimento acelerado promovida por Kubitschek (LOUREIRO, 2012).

Segundo Baer (1966), a característica marcante da estrutura institucional brasileira no período é a descentralização da tomada de decisão, fazendo-a, em muitos casos, ser contraditória. Os vários objetivos da política econômica entravam em conflito por serem levados adiante por órgãos diferentes e, não raro, em sentido mutuamente neutralizante (BAER, 1966, p. 80-81). Para Loureiro (2012), este também era o caráter dos três principais órgãos de formulação da política econômica, que congregavam algumas das mais importantes funções que seriam absorvidas pelo Banco Central após a Reforma Bancária de 1964: a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) – criada ainda no Estado Novo, em fevereiro de 1945 –, o Banco do Brasil e o Ministério da Fazenda, sendo os dois últimos executores das políticas propostas pela primeira (LOUREIRO, 2012; COSTA, 1978, p. 15). O Conselho da SUMOC era o órgão normativo na cúpula do sistema. O Ministro da Fazenda presidia o Conselho, que tinha o Presidente do Banco do Brasil como vice-presidente e também um Diretor-Executivo (BACEN, 2016b). Os departamentos especializados para a realização de cada uma das funções de Autoridade Monetária também eram representados na SUMOC: Carteira de Redescontos – em que o BB atuava como prestador de última instância –, Caixa de Mobilização Bancária, Carteira de Câmbio e Carteira de Comércio Exterior (COSTA, 1978, p. 233, n. 16). O presidente do BNDE ganhou assento em 1956, enquanto o presidente da Sudene e o Ministro da Indústria e Comércio passariam a compor a SUMOC durante o gabinete de Tancredo Neves, em 1961 (BACEN, 2016b).

O Banco do Brasil era central na política econômica, ocupando quatro dos sete assentos na SUMOC até 1960 e sendo o principal banco comercial do país, particularmente hegemônico no crédito agrícola. As poucas limitações à atuação do Banco do Brasil, que cumpria a função da Autoridade Monetária numa época em que ainda não existia o Banco Central, dificultavam qualquer tentativa de estabilização da economia. Isso porque os empresários, muitos clientes do Banco do Brasil, pressionavam pela abertura de mais linhas de crédito, mesmo quando a intenção do governo era de restringir o crédito para conter a inflação (LOUREIRO, 2012). Além dele, havia também o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o BNDE, criado no segundo governo Vargas e importante instrumento de política econômica.

O Pós-Guerra foi marcado, no Brasil, por uma crescente urbanização e industrialização. O principal marco do governo de Kubitschek foi a acelerada industrialização, com destaque para a indústria pesada e a construção de Brasília, embaladas em sua promessa de campanha de fazer o país desenvolver “cinquenta anos em cinco”. De tão grandiosa, a transformação estrutural da economia brasileira na Era JK já foi defendida, por

alguns autores, como um marco na periodização da história econômica brasileira como passagem da industrialização restringida à industrialização pesada (COSTA, 1978). O Plano de Metas foi notável por ser a primeira experiência concreta de planejamento no Brasil que conseguiu transcender a etapa de mera proposta (LAFER, 2001, p. 29-30). Para levar a cabo o plano, o Estado atuou ativamente como financiador, planejador e organizador dos investimentos. Metade do financiamento veio do orçamento público, outros 15% de entidades públicas e apenas 35% de empresas privadas e mistas (BAER, 1966, p. 68). Esse protagonismo estatal pode ser justificado pelo tamanho do desafio: tratava-se de atualizar a estrutura produtiva e a infraestrutura de um país de capitalismo tardio para o padrão tecnológico dos países avançados, com altíssima relação capital-produto. O sistema financeiro privado não tinha capacidade e capital para financiar projetos tão ambiciosos. Até aquele momento, o sistema bancário tinha alternativas de mais baixo risco para aplicar seus recursos, estando bastante focado nos empréstimos de curto prazo, como capital de giro, e na compra de ativos com fins especulativos. A instabilidade da economia brasileira, com surtos recorrentes de inflação e uma economia exportadora bastante suscetível a choques externos, dificultava a criação de um mercado de capitais no país, encurtando os prazos dos empréstimos. Os investimentos ocorriam, na sua maior parte, através do autofinanciamento das empresas, uma vez que as taxas de lucro eram bastante altas, combinado com os diferentes subsídios à importação de bens de capital em vigor no período. Somente o Estado tinha a capacidade de mobilizar o capital necessário para a execução dos projetos de Kubitschek (COSTA, 1978, p. 191-198).

**Tabela 1 – Dados macroeconômicos anuais**

Ano	Inflação (IGP-DI)	PIB (var. %)	PIB (Cr\$ bi)	Resultado fiscal (Cr\$ bi)	Resultado fiscal (% PIB)
1960	30,5%	9,4%	3.182	-31,6	-0,99
1961	47,6%	8,6%	4.653	-102,5	-2,20
1962	51,6%	6,6%	7.452	-214,9	-2,88
1963	79,9%	0,6%	13.376	-324,5	-2,43
1964	92,1%	3,4%	26.214	-760	-2,90

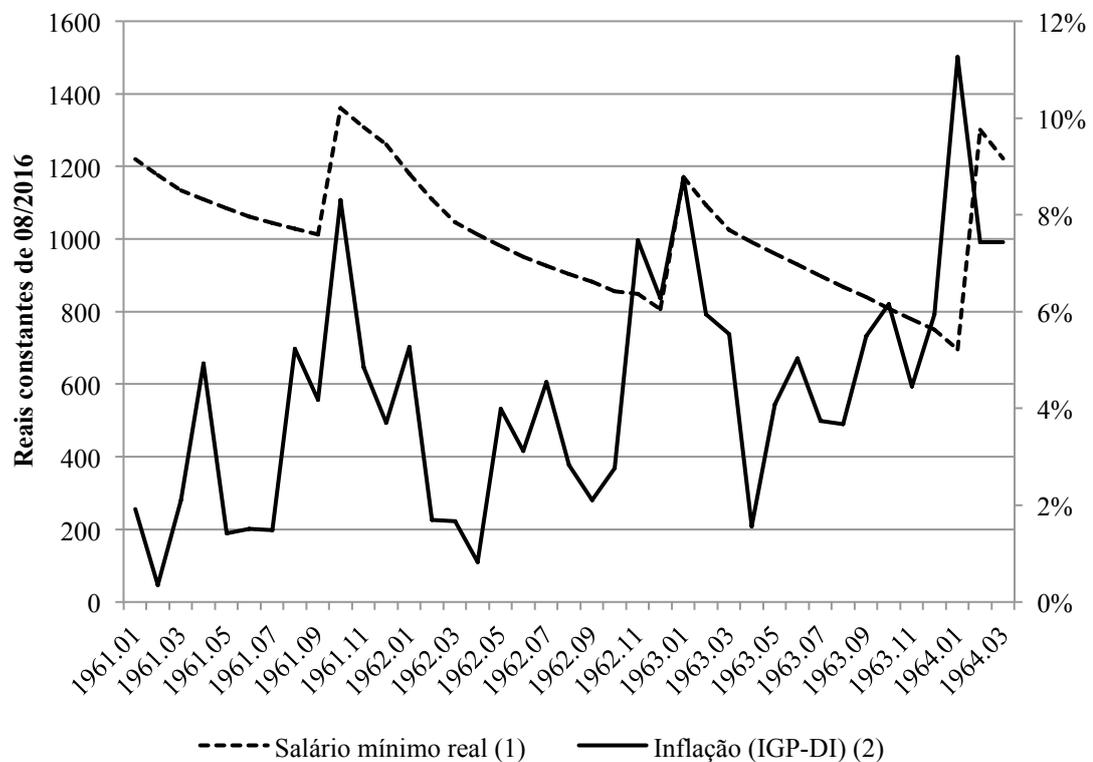
Fonte: IPEA (2016); IBGE (1990). Elaboração própria, inspirado em Fonseca e Monteiro (2005).

Os gastos estatais, correntes e com investimentos, cresceram acima da arrecadação (COSTA, 1978, p. 195). Estes déficits fiscais eram financiados pelo Tesouro através de empréstimos do Banco do Brasil, o que significava uma emissão primária de moeda. Este volume de moeda emitida, uma vez no sistema financeiro, ainda tinha o efeito do multiplicador bancário, configurando um aumento considerável do meio circulante, o que

agravava a inflação (LOUREIRO, 2012, p. 53; COSTA, 1978, p. 195-196). O governo evitava, assim, uma ampla reforma tributária, que, apesar de resolver o problema do financiamento do Estado no longo prazo, exporia uma quantidade enorme de conflitos na classe dominante, o que era politicamente indesejável (LOUREIRO, 2012). Este padrão de financiamento através de inflação era precário, insustentável no médio prazo e rapidamente se esgotaria, quando a espiral inflacionária se agravasse (COSTA, 1978, p. 196).

Assim, a transformação estrutural proposta por JK, em que tiveram destaque setores modernos, de bens intermediários e de veículos automotores, incentivados com a abertura aos investimentos estrangeiros, requereu um grande aumento nos gastos estatais. O crédito, entretanto, não se expandiu no ritmo exigido pela industrialização, sendo o autofinanciamento e o surgimento de um mercado semilegal, as financeiras, marcas importantes. A pauta exportadora permaneceu primária, com o café representando 56% dos exportados em 1960. Houve forte deterioração dos termos de troca durante o governo JK, o que, juntamente com uma crescente demanda de importados industriais e de combustível devido à industrialização, agravou a balança comercial negativa do final do período (LOUREIRO, 2012).

**Gráfico 1 - Poder de compra, dados mensais**



Fonte: IPEA (2016). Elaboração própria.

Notas: (1) Eixo vertical da esquerda.

(2) Eixo vertical da direita.

A contenção da inflação crescente e dos desequilíbrios do balanço de pagamentos, fruto do insuficiente ingresso de capitais estrangeiros face ao déficit comercial e de serviços, se deu com uma série de medidas imediatistas, que na prática repassavam o problema para o governo seguinte. Como se não bastasse, os investimentos do Plano de Metas foram em sua maior parte financiados pelo orçamento da União, chegando a participação estatal na formação bruta de capital fixo a 37% no período 1957-60, o que provocou grande aumento do déficit público (LOUREIRO, 2012). Baer (1966, p. 78) utiliza dado similar, de o dispêndio governamental configurar 24% do PIB, para afirmar que “[o] melhor modo de caracterizar a economia brasileira é considerá-la uma economia mista baseada no mercado.” Segundo Loureiro (2012), este nível de gasto do governo foi financiado por uma significativa expansão primária da moeda e, conseqüentemente, em inflação. Se por um lado JK deixou o Brasil com uma economia industrializada e modernizada, por outro legou uma enorme quantidade de desequilíbrios a serem administrados. Isso fez com que a grande pauta dos governos que o sucederam fosse a estabilização da economia (LOUREIRO, 2012).

Jânio Quadros ascendeu na política paulista com um discurso moralizador e uma fama de bom administrador público, o que agradava a classe média e a classe média baixa. Ele teve rápido sucesso eleitoral, capitalizando sobre o perfil de antipolítico. Era um intruso no sistema político-partidário, colocando-se acima de partidos e ideologias. A União Democrática Nacional (UDN) o apoiou, desejosa de conseguir sua primeira vitória eleitoral para a presidência. Jânio ganhou do candidato situacionista, Marechal Lott, do Partido Social Democrático (PSD), e formou um gabinete de ministros majoritariamente udenistas, com destaque para Clemente Mariani, ex-presidente do Banco do Brasil e banqueiro baiano, na pasta da Fazenda e Afonso Arinos de Melo Franco, udenista mineiro, nas Relações Exteriores (SKIDMORE, 2010; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Segundo Abreu (1990), Quadros teve três grandes desafios na gestão econômica: a inflação, os déficits fiscais e da balança de pagamentos. Em seu discurso ao passar o cargo para seu sucessor, Moreira Salles, Mariani (1961)<sup>2</sup> sintetizou estes desafios de maneira ligeiramente diferente. Primeiro, as distorções econômicas no comércio exterior devido ao regime cambial, que incluíam um câmbio apreciado às custas do governo, que o financiava através de emissões, e uma política para o café que pagava mal as safras de boa qualidade e bem as de baixa qualidade, estimulando a superprodução. Segundo, o déficit orçamentário, devido ao aumento de despesas diversas do mandato anterior, como aumento de salário para

---

<sup>2</sup> **Revista Bancária Brasileira**, 30 set. 1961.

militares e funcionários públicos civis, custeio de empresas públicas e gastos com a política cambial, que além dos subsídios já citados incluía também o adiantamento de divisas através de *swaps*. Terceiro, o déficit do balanço de pagamentos, que chegava a 740 milhões de dólares. Além disso, a crise política do veto militar à posse de Goulart gerou uma corrida aos bancos, cujas caixas tiveram de ser reforçados por emissões que somaram mais de 50 bilhões de cruzeiros (MARIANI, 1961).

Uma vez que a política cambial tinha impacto inflacionário, ao agravar o déficit fiscal, e pressionava o balanço de pagamentos pela artificial valorização do Cruzeiro, o ponto de partida da política econômica desenhada por Mariani foi uma reforma do regime cambial (ABREU, 1990). Mariani (1961) relata que se empenhou em iniciar o processo de liberalização e unificação dos mercados cambiais através da Instrução 204 da SUMOC, editada em março de 1961 (LOUREIRO, 2012, p. 79), o que resultou numa depreciação do Cruzeiro da ordem de 100% (ABREU, 1990), além de ampliar as exportações com uma nova política para o café e o cacau. Quanto ao déficit fiscal, buscou realizar economias no lado da despesa e ampliar receitas, principalmente ao retirar subsídios na área cambial e aumentar o imposto único sobre combustíveis e o imposto de importação. A estabilização do déficit do balanço de pagamentos foi buscada com os acordos com o FMI e com credores europeus e americanos, firmados com o objetivo de alongar os débitos, além da promessa positiva da Aliança para o Progresso, lançada na Conferência de Montevideu, de que o Brasil teria novos créditos nos anos seguintes (MARIANI, 1961; ABREU, 1990).

Entretanto, apesar de não ter abandonado o plano de estabilização, Quadros sucumbiu ao perder legitimidade junto à sua base política no Congresso. Ele desdenhou das lideranças parlamentares, não teve estreita relação com os representantes de sua base aliada e conseguiu criar conflitos com os três grandes partidos, PSD, PTB e UDN. Os dois primeiros eram o principal alvo da campanha moralista de Jânio, que condenava a corrupção daquela aliança no governo anterior. A UDN não aceitou a Política Externa Independente janista, retirando apoio de Quadros quando ele mais precisava (SKIDMORE, 2010; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Fonseca (2004, p. 589) divide o debate sobre as causas da crise entre as interpretações estruturalistas e conjunturais, ou, poderíamos dizer, de longo e curto prazo. Dentre os primeiros, têm destaque as interpretações cepalinas, que entendiam haver no Brasil um estrangulamento da demanda interna devido ao padrão de distribuição de renda que emergiu da industrialização do Plano de Metas, o que seria responsável pela diminuição das taxas de crescimento no período (FURTADO, 1968; TAVARES, 1972). Os próprios autores desta

interpretação viriam a questionar, posteriormente, o caráter estrutural da crise (TAVARES; SERRA, 1972). Problemas estruturais só poderiam ser endereçados por uma política econômica de caráter abrangente, que propusesse reformas mais amplas, e não apenas limitar-se a um ajuste conjuntural. Este debate ficou conhecido, à época, como reformas de base, que foram pautadas pelos governos Jânio e Goulart (ABREU, 1990). Intepretações de curto prazo, como a do próprio Fonseca (2004), dão maior consideração à política econômica. Este tipo de interpretação foi capitaneada por Roberto Campos (1964) e Mário Henrique Simonsen (1969), tendo ganho ainda maior visibilidade no fim da década de 1960 com o trabalho de Nathaniel Leff (1977). Estas levam em consideração o caráter monetário da inflação do período, bem como o papel do estrangulamento externo sobre a capacidade de crescimento da economia brasileira.

Interpretações posteriores, como as de Macedo (1975) e Abreu (1990), darão conta de levar em consideração determinantes de longo e curto prazo. É importante notar que as duas visões não são excludentes. Tanto é que as tentativas de estabilização do governo, como veremos, previam endereçar as duas naturezas do problema. Pode-se dizer que algumas reformas endereçavam dificuldades que limitavam a atuação da política econômica. É o caso do financiamento inflacionário do governo, que já foi mencionado, solução de financiamento que evitava um aumento na carga tributária, mas que contribuía para o agravamento da instabilidade econômica. A alternativa seria a emissão de dívida pública da parte do governo, o que também estava limitado pela incompatibilidade pela taxa de 12% da Lei da Usura com a inflação vivida no período. A revogação da Lei da Usura não era uma solução simples, pois a atratividade dos títulos do governo poderia ter o efeito de limitar em demasia o crédito ao setor produtivo, que constituía um núcleo de resistência a esta solução (LOUREIRO, 2012, p. 61-62). Solução deste tipo seria implementada, nos primeiros anos do regime militar, através do Plano de Ação Econômica do Governo, que instituiu a correção monetária nos títulos do governo, possibilitando o financiamento total do déficit do governo com emissão de títulos a partir de 1966 (RESENDE, 1990).

### 3 OS BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS COMO GRUPO DE INTERESSE

Neste capítulo, é avaliado como os bancos comerciais privados evoluíram como grupo de interesse no início da década de 1960. Para tanto, a próxima seção situa as condições em que atuavam os bancos no período, caracterizado pela alta inflação. Na seção seguinte, é analisado o processo de institucionalização dos bancos comerciais privados como grupo de interesse nacional através da criação dos Congressos Nacionais de Bancos (CNB). A partir de fontes primárias, os interesses comuns aos banqueiros, que os diferenciam como grupo social, são elencados.

#### 3.1 A atividade bancária no início da década de 1960

Até 1964 a atividade bancária no Brasil era fundamentalmente familiar, com as diretorias dos bancos compostas majoritariamente por membros da família controladora e decisões de expansão e investimento do banco confundidas com decisões de gestão do patrimônio familiar (MARKOWITZ, 2004; COSTA, 2002, p. 20). Além disso, um dos fatores de resiliência que une a experiência dos grandes bancos nacionais privados que entraram no século XXI liderando o mercado é pertencerem a um grupo econômico diversificado, com atividades bancárias e não bancárias. As empresas não bancárias se beneficiavam da garantia de crédito fácil de curto, médio e longo prazo ao terem um banco adjacente. Dois destes bancos, o Unibanco e o Itaú, têm origem em atividades não-bancárias de suas famílias controladoras. A legislação da época não limitava empréstimos dados a empresas do mesmo grupo, como lembra Costa (2002, p. 20):

Antes de 1964, não existiam quaisquer restrições legais sobre o destino dos empréstimos dos bancos comerciais. A SUMOC – a autoridade monetária – apenas recomendava, como “boa técnica bancária”, que os bancos não concedessem empréstimos à diretoria, entretanto, não havia controle ou fiscalização. Assim, os banqueiros aplicavam em seus próprios grupos econômicos, através de empréstimos aos familiares.

Quanto à estrutura do mercado, há duas características marcantes para o período SUMOC (1944<sup>3</sup>-1964): início da concentração bancária e expansão do setor bancário em termos de número de agências, como pode ser observado na Tabela 2. Bouzan (1973, p. 13) afirma que a concentração bancária, que deu origem a gigantescas instituições, era uma

<sup>3</sup> Como já foi mencionado, a SUMOC foi criada em fevereiro de 1945. Aqui estamos considerando também o ano de 1944, a título de comparação, por este ter sido o pico da pulverização bancária no Brasil.

tendência do Pós-Segunda Guerra Mundial devido à possibilidade de realizar ganhos de escala, da necessidade de oferta de serviços cada vez mais variados e de financiamento a atividades empresariais cada vez maiores. No Brasil, a Era SUMOC marca o início da concentração bancária, com a quantidade de bancos comerciais passando de 663 em 1944, pico do número de matrizes bancárias, para 342 em 1961 e 328 em 1964, muito disto devido à limitação de emissão de cartas-patente após a criação da SUMOC (COSTA, 1978, p. 202; CHRISTOFFERSEN, 1969, p. 8). A taxa de crescimento composto médio anual do número de matrizes, como visto na Tabela 2, foi de -1,59% para 1951-1964 e de -1,38% para o quadriênio 1961-1964, ou seja, a concentração foi menos intensa no período aqui analisado. Este fenômeno teve maior intensidade após o golpe militar de 1964, com as matrizes reduzidas a 94 em 1980 (MINELLA, 1988, p. 129-181). Havia também uma importante concentração regional das matrizes dos bancos, com 75% deles na região Sudeste em 1960 (MINELLA, 1988, p. 141). Dentre os bancos bilionários citados pela Revista Bancária Brasileira (BANCOS..., 1961, p. 34-35)<sup>4</sup>, em junho de 1961, de um total de 73 matrizes, 26 (35,6%) se localizavam em São Paulo, 11 (15%) em Minas Gerais, 10 (13,7%) na Guanabara. Apenas 17 (23,3%) não eram do Sudeste nem do exterior.

Já quanto à ampliação do número de agências, foram de 4.038 em 1951 para 6.826 em 1964. Em 1966, havia aproximadamente uma agência para cada dez mil habitantes, valor 50% maior do que em países desenvolvidos como França e Noruega (CHRISTOFFERSEN, 1969, p. 7-8). Pelos dados da Tabela 2, pode-se ver que, entre 1961 e 1964, a taxa de crescimento anual do número de agências foi, em todos os anos, maior do que a taxa de crescimento composto no período 1951-1964. Foi, sem dúvida, um período de grande expansão do número de agências. Com juros reais negativos, a demanda por crédito era sempre maior que a oferta, fazendo do total de depósitos o grande determinante da capacidade de emprestar dos bancos, o que estimulou a ampliação do número de agências (COSTA, 1978).

No Brasil vigorava, desde 1933, a Lei da Usura, que proibia contratos de empréstimos com taxa de juros superior a 12% ao ano (SIMONSEN, 1965, p. 64). Em um período de alta inflação, em que a taxa anual mais baixa, medida pelo IGP-DI, foi de 47,8% em 1961 (ver Tabela 1), a alternativa dos bancos seria aumentar a taxa nominal, o que estava fora de questão devido à Lei da Usura (SIMONSEN, 1965, p.64). Esta situação resultou em taxas de juros reais negativas, um dos fatores que teve maior influência na atividade bancária no período. Apesar disto, os bancos conseguiram não só crescer, mas também consolidar sua

---

<sup>4</sup> Revista Bancária Brasileira, 30 ago. 1961.

atividade como uma das mais lucrativas (COSTA, 1978, p. 196). Leif Christoffersen (1969, p. 9-10) buscou explicar esta conjuntura paradoxal ao reconstruir a evolução dos bancos comerciais no Brasil entre 1951 e 1966. Segundo o autor, normalmente, espera-se que o capital num país em desenvolvimento seja escasso e, portanto, tenha um custo real positivo. Uma taxa de juros real negativa, tal qual vemos na atualidade em alguns países desenvolvidos, cria temores sobre os resultados da atividade bancária. Um dos efeitos imediatos foi o aumento significativo dos depósitos à vista e a redução dos prazos dos empréstimos. As operações de desconto de títulos comerciais ganharam relevância, porque o preço do desconto mascarava a limitação da Lei da Usura (CHRISTOFFERSEN, 1969, p. 10), além de ser uma operação de prazo mais curto, em que o valor do desconto era negociado a cada transação, as operações de redescontos junto à Carteira de Redesconto do Banco do Brasil eram a segunda maior fonte de recursos dos bancos depois dos depósitos (COSTA, 1978, p. 198).

**Tabela 2 – Evolução do número de matrizes e agências bancárias**

Ano	Matrizes	Variação	TCAC 3 (1)	Agências	Variação	TCAC 3 (1)
1944	663	-	-	1796	-	-
1951	404	-	-	4038	-	-
1952	404	0,00%	-	4038	0,00%	-
1953	404	0,00%	-	4358	7,92%	-
1954	398	-1,49%	-0,50%	4528	3,90%	3,89%
1955	366	-8,04%	-3,24%	4038	-10,82%	0,00%
1956	360	-1,64%	-3,77%	4257	5,42%	-0,78%
1957	357	-0,83%	-3,56%	4628	8,72%	0,73%
1958	345	-3,36%	-1,95%	4857	4,95%	6,35%
1959	343	-0,58%	-1,60%	4135	-14,87%	-0,96%
1960	352	2,62%	-0,47%	5270	27,45%	4,43%
1961	342	-2,84%	-0,29%	5629	6,81%	5,04%
1962	336	-1,75%	-0,68%	6168	9,58%	14,26%
1963	327	-2,68%	-2,43%	6545	6,11%	7,49%
1964	328	0,31%	-1,38%	6826	4,29%	6,64%
<b>TCAC 51-64 (2)</b>		<b>-1,59%</b>			<b>4,12%</b>	

Fonte: Dados absolutos de Christoffersen (1969) para todos os anos, exceto 1944, extraído de Costa (1978); Variações e TCAC, elaboração própria.

Notas: (1) TCAC 3 - Taxa de Crescimento Anual Composto, 3 anos anteriores.

(2) TCAC 51-64 – Taxa de Crescimento Anual Composto, 1951-1964.

Mas esta não foi a única medida para burlar esta limitação ao juro. À época, escreveu Simonsen (1965, p. 64) que:

Nos últimos anos, com o recrudescimento do processo inflacionário, a lei da usura vem sendo cada vez mais contornada pelos mais variados artifícios: os juristas e os financistas sempre descobrem fórmulas legais capazes de substituir as palavras “empréstimos” e “juros” e a lei da usura, ainda que respeitada na forma, passa a ser desobedecida em seu conteúdo.

Costa (1978, p. 199-200) sistematiza as três práticas mais adotadas pelos bancos comerciais no período para garantir sua lucratividade. A primeira delas era a cobrança de juros “por fora”, de maneira grosseira e ilegal, compondo um “caixa dois” do banco. O segundo método é a sobrecarga na cobrança de um sem-número de taxas, tarifas e comissões para todos os serviços financeiros, o que se aplicava também as operações de desconto. A renda destas cobranças chegou a ser maior do que a proveniente de juros em alguns momentos, devido à inflação (CHRISTOFFERSEN, 1969, p. 11). O terceiro método, os chamados saldos compensatórios, mais complexo, era exigir do mutuário a tomada de um empréstimo maior do que o necessitado, sendo o valor que excedia o demandado pelo tomador depositado em uma conta junto ao banco, a chamada conta vinculada ou saldo compensatório. Com este depósito rendendo uma taxa de juros muito menor que o cobrado no empréstimo, o juro sobre o empréstimo efetivamente realizado superava os 12% ao ano. Este último método não foi empregado tão intensamente pois dele desdobrava a necessidade de aumentar o depósito compulsório junto à autoridade monetária (CHRISTOFFERSEN, 1969, p. 11; COSTA, 1978, p. 199-200).

Outra característica do período foi o aumento contínuo do compulsório, numa tentativa do governo de reduzir o efeito do multiplicador bancário. Entretanto, como os depósitos compulsórios eram feitos junto ao Banco do Brasil, este utilizava estes recursos disponíveis para ampliar sua carteira de crédito comercial e para o Tesouro, anulando o efeito desejado de limitação da expansão do meio circulante (COSTA, 1978, p. 198-199).

No período, os custos dos bancos como intermediários financeiros aumentaram em relação aos custos em geral na economia. O lucro dos bancos, entretanto, não foi prejudicado. Christoffersen (1969) analisou os custos e lucros totais de 21 bancos privados, representativos de instituições pequenas, médias e grandes. A diferença do juro de captação e empréstimo foi medida com base em valores efetivos, isto é, levando-se em consideração todas as taxas cobradas. Os resultados da pesquisa revelaram que os custos operacionais se mostraram crescentes no período, o que é esperado dado o aumento do número total de agências (CHRISTOFFERSEN, 1969). A lucratividade dos bancos aumentou de maneira regular entre 1957 e 1964, apesar deste aumento de custos. A inflação do período parece ter sido mais oportunidade para ganhos do que risco à atividade bancária. A taxa efetiva de juros cobrada,

quando se somam todas as taxas utilizadas para ultrapassar a Lei da Usura, chegou a mais de 45% para os bancos médios e mais de 30% para os grandes bancos. Ou seja, a Lei da Usura era uma ficção (CHRISTOFFERSEN, 1969).

Este aumento foi possível graças à inflação, que tornava os juros reais negativos tanto na captação quanto no empréstimo. Porém, eram ainda mais negativos na captação, o que gerou um imposto de inflação recolhido pelos bancos. Assim, o sistema financeiro brasileiro drenou recursos dos outros setores econômicos no período, possivelmente com consequências negativas para o nível de investimento. Apesar da Lei da Usura, puderam garantir seus ganhos reais num momento em que a inflação evidenciava um grande conflito distributivo na sociedade. A possibilidade de aumentar lucros num momento de ampliação de custos operacionais revela a baixa competitividade do setor. Nesse contexto, cabe uma análise mais detalhada de como o sistema bancário interagiu com a inflação no sentido de suas propostas de política econômica para a estabilização econômica; ou se, simplesmente, a estabilidade dos preços não estava na pauta dos bancos (CHRISTOFFERSEN, 1969).

Para Goldsmith (1986, p. 254), os ativos das instituições financeiras, a preços constantes, atingiram seu pico em 1961, passando por variações negativas nos dois anos seguintes e uma leve recuperação em 1964. Os bancos comerciais, especificamente, exclusive o Banco do Brasil, passaram por uma contração de ativos da ordem de 0,9% no período, uma das melhores evoluções se comparado a outros segmentos financeiros (GOLDSMITH, 1986, p. 256). A proporção de depósitos nos bancos comerciais em relação ao PIB permaneceu estável, enquanto o papel-moeda em circulação em relação ao produto teve uma contração. Isto revela uma propensão das pessoas a manter depósitos a vista, e não a prazo, o que é normal em períodos de pressão inflacionária (CHRISTOFFERSEN, 1969, p. 8-9).

### **3.2 Os banqueiros se unem como grupo de interesse**

A instabilidade econômica e política é uma marca do período (BAER, 1966; GOLDSMITH, 1986). A volatilidade da política econômica foi por muitos creditada a características pessoais do presidente João Goulart, tese que é questionada pelo trabalho de Fonseca (2004). O autor utilizou os conceitos de legitimidade, força e fraqueza do governo, oriundos da Ciência Política, para dar sentido às hesitações da política econômica do período. Para ele, a busca pela legitimidade do governo em diferentes conjunturas pressionaram a gestão da política econômica ora para o ajuste contracionista, ora para a opção pelo crescimento (FONSECA, 2004). É importante notar como esta interpretação dá espaço para

uma análise focada nos grupos de interesse, uma vez que a legitimidade do governo é fruto de interação com os grupos sociais. É o que mostram Monteiro e Fonseca (2012) ao desenvolver um modelo baseado no conceito de credibilidade para avaliar o caráter populista da política econômica de Goulart. Segundo eles, não se deve entender que a formulação da política econômica dá-se no governo como órgão autônomo, mas sim como resultado da interação estratégica deste com o setor privado. O resultado da política econômica pode ser visto como um equilíbrio de teoria dos jogos, em que governo de um lado e setor privado de outro tentam maximizar suas funções utilidade (MONTEIRO; FONSECA, 2012, p. 515).

A organização dos grupos sociais no período era herdada da estrutura corporativista da Era Vargas. Loureiro (2012) faz uma leitura crítica desta estrutura, afirmando que os sindicatos de trabalhadores eram extremamente fragmentados setorial e geograficamente, com limitações a sua união que visavam a não permitir que somassem forças em nível nacional. Havia entidades de cúpula de diversos setores, porém eram, na sua maioria, fiéis ao governo e com pouco contato com as bases. Os sindicatos patronais também eram fragmentados, porém dotados de alguns privilégios, como a possibilidade de formar entidades horizontais em âmbito estadual como as federações da indústria. Uma característica das organizações patronais no período é de o poder estar mais concentradas em organizações regionais, como a FIESP, do que em órgãos nacionais, como a CNI (LOUREIRO, 2012, p. 69). O panorama geral dos grupos de interesse mostra uma capacidade bastante superior dos empresários para representar seus interesses se comparados aos trabalhadores (LOUREIRO, 2012, p. 74). A estrutura de decisão da política econômica imporia grandes dificuldades para a solução dos desequilíbrios herdados do período anterior, o que acabaria culminando com a ruptura institucional do golpe militar (LOUREIRO, 2012).

Os banqueiros possuíam menor representação se comparados a outros setores, limitando-se a organizações de nível regional, como a Associação dos Bancos de São Paulo e o Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara, criados nas décadas de 1920 e 1930, respectivamente (MINELLA, 1988). O início da década de 1960 marca um momento importantíssimo de institucionalização dos banqueiros como grupo de interesse a nível nacional, uma vez que passaram a organizar os “Congressos Nacionais de Bancos”, na origem da futura Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), criada no regime militar (LOUREIRO, 2012; MINELLA, 1988). A tardia organização dos bancos comerciais privados em nível nacional contrasta com a importância do governo central na definição de políticas de interesse dos bancos (BLUME, 1968). O contexto da dupla crise econômica e política, num período depressivo a partir 1962, e seu desfecho conspiratório em um golpe civil-militar

envolveram a atuação de organizações que representavam interesses de diversos setores da economia, incluindo o setor bancário, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Entretanto, a coesão de interesses em torno da mudança de regime não teve continuidade no imediato pós-golpe. Nos primeiros anos da ditadura, o conflito entre o empresariado industrial e bancário radicalizou-se, o que deu incentivo à criação da FEBRABAN e da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), voltadas à representação dos banqueiros (DREIFUSS, 1981; MINELLA, 1988).

A origem de um grupo de interesse restrito ao setor bancário data do I Congresso Nacional de Bancos. O contexto do fim do governo Kubitschek, em que se pleiteavam reformas institucionais a partir da campanha de Quadros, e o agravamento da inflação que levou a uma maior mobilização de sindicatos e realização de greves influenciaram a mobilização dos banqueiros. Dado importante é que as greves bancárias estavam intensificadas no Rio de Janeiro, e partiu justamente da Associação de Bancos do Rio de Janeiro e do Sindicato de Bancos do Estado da Guanabara a iniciativa dos Congressos (MINELLA, 1988, p. 253). É importante lembrar que a ação como grupo de interesse não carece de uma organização formal. O setor bancário já possuía, certamente, influência nas decisões governamentais, seja pelo impacto de suas atividades na economia, por relacionar-se com todos os setores produtivos, empresários e trabalhadores, mas também pela atuação política dos banqueiros, como parlamentares, no Ministério da Fazenda, no Banco do Brasil e na SUMOC, além de sua boa relação com os meios de comunicação (MINELLA, 1988).

Na primeira metade da década de 1960, os bancos comerciais privados amadureceram como grupo de interesse de amplitude nacional. A realização dos Congressos Nacionais de Bancos (CNB), a partir de 1960, oficializou a percepção de interesses comuns entre seus membros que precisariam ser defendidos coletivamente, elemento básico na definição de grupo de interesse para Olson (2002). O primeiro CNB foi realizado em 1960, tendo periodicidade anual. A estrutura dos congressos era bastante democrática e deliberativa, permitindo a todos os participantes – associações de bancos, bancos ou banqueiros individuais – propor teses, mais técnicas ou políticas. Após debate, as teses poderiam ser aprovadas ou rejeitadas, conformando uma posição consensual do grupo de interesse (MINELLA, 1988, p. 85-87).

Três grandes temas foram debatidos pelos banqueiros, sendo o primeiro deles a consolidação de seu grupo de interesse. Havia um esforço para não revelar publicamente os atritos internos entre frações dos banqueiros (MINELLA, 1988, p. 248). Isto ficou evidente nas manifestações de diversos congressos, mas dado o agravamento da crise política, os

discursos no IV Congresso, realizado em fevereiro de 1964, denotam com força este aspecto. “Congregar a classe” era uma dos temas da pauta, elemento que era justificado como promoção do bem comum, como na expressão do editorial da RBB em que se lê que “congregar os banqueiros dentro de um pensamento que só pode ser voltado para o bem da comunidade, tornará mais acessível o acesso da classe à participação em nossa política financeira (IV CONGRESSO, 1964, p. 1)<sup>5</sup>.” Não raro os interesses comuns dos banqueiros eram defendidos, no discurso público, como interesse geral da sociedade. Esta é a característica de discurso proferido por João Batista Leopoldo Figueiredo, Presidente do Banco Sul Americano, Presidente do Banco do Brasil durante o governo Quadros e primo do general Figueiredo, Presidente durante o regime de exceção (FIGUEIREDO..., 2010). Foi também presidente do IPES paulista e membro ativo da Câmara de Comércio Americana (DREIFUSS, 1981). Na cerimônia de encerramento do II CNB, falando em nome dos congressistas, Figueiredo (1961, p. 33)<sup>6</sup> defendeu o caráter público do interesse dos banqueiros:

Ao nos reunirmos num Congresso de Bancos – e estou certo que falo interpretando os sentimentos de todos os participantes – não nos animam a intenção e o espírito de encontrar as soluções que melhor consultem aos interesses particulares dos bancos e dos banqueiros. O nosso objetivo é encontrar, receber e oferecer sugestões e medidas que aperfeiçoem o sistema de trabalho de nossos estabelecimentos, resolver problemas comuns de ordem geral, visando à melhor e mais completa assistência ao povo, com as vistas voltadas ao engrandecimento do Brasil e ao fortalecimento do regime democrático em que hoje vivemos.

O segundo grande tema, pautada desde o I Congresso Nacional de Bancos, em 1960, era a Reforma Bancária, debatida em conjunto pelos representantes dos bancos (MINELLA, 1988). A Reforma tornou-se o assunto mais debatido no II CNB (EDITORIAL, 1961a)<sup>7</sup> e o tema central do III CNB (O III CONGRESSO, 1962<sup>8</sup>; MINELLA, 1988). Já na primeira edição afirmaram seu consenso em torno da criação de um Banco Central. O presidente do I CNB, o banqueiro paulista Francisco Azevedo, que havia trabalhado com Jânio Quadros no governo paulista e que trabalharia com Castelo Branco, fez um proposta de um Banco Central baseado na experiência americana, com a criação de um Sistema Federal de Reserva com sucursais regionais (MINELLA, 1988). No II CNB, se oporiam as propostas de criação de um Banco Central e da criação de um sistema federal de crédito (EDITORIAL, 1961a). Olyntho

<sup>5</sup> *Revista Bancária Brasileira*, 30 jan. 1964.

<sup>6</sup> *Revista Bancária Brasileira*, 30 nov. 1961.

<sup>7</sup> *Revista Bancária Brasileira*, 30 out. 1961.

<sup>8</sup> *Revista Bancária Brasileira*, 30 jun. 1962.

Machado, banqueiro ligado a Osvaldo Aranha e ao PSD, fez uma proposta de reforma que encontrou forte resistência de Herbert Levy, banqueiro, parlamentar paulista e presidente nacional da UDN. Machado, que havia trabalhado com José Maria Alkmin, defendeu a transformação do Banco do Brasil em Banco Central, tese criticada por Levy e que não prosperou no Congresso. Tamanhas divergências levaram a definição da reforma como tema central para o Congresso subsequente, do qual os banqueiros deveriam sair com uma proposta consensual consolidada (MINELLA, 1988, p. 89-97). É importante notar que um grupo importante de empresários brasileiros tinha forte influência sobre o Banco do Brasil, pressionando-o pela liberação de crédito (LOUREIRO, 2012, p. 59). Esta opção de transformação do Banco do Brasil em Banco Central pode significar uma tentativa de manter esta influência.

No III CNB, realizado em Belo Horizonte, os banqueiros definiram uma posição sólida sobre a Reforma que desejavam, materializada na chamada Declaração de Belo Horizonte. Chegar ao consenso entre as diferentes frações dos banqueiros não foi trivial, com alguns banqueiros protestando por algumas propostas preverem uma hegemonia muito forte da iniciativa privada, descaracterizando a finalidade pública do desejado Banco Central (MINELLA, 1988, p. 105). A proposta da Declaração previa a divisão do país em seis regiões econômicas, com descentralização da política monetária (O III CONGRESSO, 1962, p. 1). O Banco Central, que incorporaria todas as atividades de Autoridade Monetária do Banco do Brasil, seria o órgão executivo das determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão normativo. A declaração não precisa quantos seriam os componentes do CMN, mas prevê “composição paritária”, isto é, metade seriam da iniciativa privada, metade seriam representantes do Estado. A transformação do Banco do Brasil em Banco Central estava descartada, reservado ao BB a concessão de crédito agrícola, industrial e comercial de interesse nacional (MINELLA, 1988, p. 106-107).

A Reforma Bancária estava pautada desde o governo Dutra e fazia parte das reformas de base de Goulart. À época do III CNB, um editorial da RBB reclamou que a reforma estivesse tramitando havia dezesseis anos no Congresso, apesar de “[os] banqueiros [terem] ponto de vista definido sobre a matéria (O III CONGRESSO, 1962, p.1).” Os banqueiros mobilizaram-se para garantir seus interesses, o que contribuiu para sua institucionalização como grupo de interesse de alcance nacional. Os debates no Congresso Nacional avançaram lentamente durante a década de 1950, tendo novo impulso no período parlamentarista de Goulart, quando foi formada uma Comissão Especial da Reforma Bancária na Câmara dos Deputados em 1962, tendo como relator o deputado Daniel Faraco (PSD-RS). Além do

projeto deste, outros três substitutivos foram apresentados à Comissão: o de Othon Mäder (UDN-PR), representando os banqueiros; Salvador Lossaco (PTB-SP), defendendo os trabalhadores bancários; e Sérgio Magalhães (PTB-DF), pela Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). A dinâmica geral dos debates pode ser sintetizada na atuação de três centros de poder: o governo Goulart, os banqueiros, organizados no CNB, e os industriais, capitaneados pela FIESP. A edição da RBB à época do III CNB traz os nomes dos deputados que, no Congresso, faziam “excelentes contribuições” para o debate da Reforma Bancária. São eles: Daniel Faraco (PSD-RS), Alde Sampaio (UDN-PE), Herbert Levy (PSD-SP e banqueiro do Banco da América), Horácio Lafer (PSD-SP), Adolfo Gentil (PSD-CE), Nogueira da Gama (PTB-MG) e Aliomar Baleeiro (UDN-BA), além do Senador Alberto Pasqualini (PTB-RS) (O III CONGRESSO, 1962, p. 2). A princípio, o governo Goulart quis adiar a definição da reforma para após o plebiscito de janeiro de 1963. Uma vez isto feito, o governo teria gerência sobre a reforma através de um grupo de trabalho hegemônico pelos banqueiros criado pelo Ministro da Fazenda, Miguel Calmon (PSD-BA), ele também banqueiro do Banco Econômico da Bahia. Durante o ano de 1963, apesar de os banqueiros terem bastante influência sobre o projeto do governo enviado à Comissão Especial, nesta os industriais vinculados à FIESP ganharam força e reverteram a situação, aprovando, em dezembro de 1963, um projeto desfavorável aos banqueiros, relatado pelo deputado José Maria Alkmin (PSD-MG) (MINELLA, 1988, p. 31-35). Para tanto, foi importantíssima a rejeição do PTB, partido de Goulart, ao projeto do governo, considerado demasiado alinhado aos banqueiros (MINELLA, 1988, p. 62). Às vésperas do golpe de Estado, estes trabalharam pela reprovação do projeto de Alkmin. A reforma sairia, já no regime ditatorial, num projeto relatado por Ulysses Guimarães (PSD-RJ), favorável aos banqueiros, baseado nos trabalhos de uma comissão extraparlamentar organizada pelo Ministro da Fazenda, Octávio Bulhões, e promulgado por Castelo Branco em 31 de dezembro de 1964 (MINELLA, 1988, p. 31-35).

Os principais temas do debate sobre a reforma bancária foram:

- a) o papel que teria o CMN;
- b) a composição do CMN;
- c) a criação do Banco Central (Bacen) e suas atribuições (por exemplo, se teria somente poder executivo ou também normativo);
- d) a regulação do capital financeiro estrangeiro;
- e) o papel do Banco do Brasil;
- f) a regulação das sociedades de crédito (MINELLA, 1988, p. 35-44).

Outras questões regulatórias, de discussão permanente pelos bancos comerciais privados, como a definição do compulsório, também entraram na pauta da reforma.

A terceira preocupação mais citada pelos banqueiros era a estabilização econômica. Como já vimos, a inflação não impedia os bancos de obterem lucros. Entretanto, segundo Minella (1988, p. 90), “os banqueiros sempre foram defensores da austeridade”. No I CNB, os banqueiros aprovaram uma tese que defendia a limitação das emendas orçamentárias no congresso à redução de despesas, impedindo o poder dos parlamentares de aumentar gastos (MINELLA, 1988). Os déficits das contas do governo eram continuamente criticados pelos editoriais da Revista Bancária Brasileira, como foi o caso da proposta de orçamento para 1963 enviada ao Congresso (DÉFICIT, 1962)<sup>9</sup>. A redução de despesas era vista como a única solução possível para a redução dos déficits, já que uma alternativa seria o aumento de impostos, cuja rejeição pelo Congresso agradou os banqueiros (GOMES, 1961)<sup>10</sup>. As defesas da reforma bancária e da estabilização estavam relacionadas, uma vez que a criação de uma Autoridade Monetária mais independente, na figura do Banco Central, permitiria um maior controle da emissão monetária (EDITORIAL, 1961b)<sup>11</sup>. Por outro lado, as restrições ao crédito, medida que fazia parte dos planos ortodoxos de estabilização, não tinham o mesmo apoio dos banqueiros. Quando Carvalho Pinto, através de resolução da SUMOC, obrigou os bancos a adquirir títulos do governo, houve forte oposição da parte dos banqueiros (CARVALHO..., 2010).

Em meados de 1963, os editoriais da RBB começaram a revelar preocupação com a instabilidade política, greves e a incapacidade do governo de estabilizar a economia. Isto fica claro num editorial elogioso da posição de lideranças empresariais que se encontraram com o Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, para pedi-lo um clima de tranquilidade frente às greves e pedidos de reajuste salarial (TRANQUILIDADE..., 1963, p.1)<sup>12</sup>. Em outro momento, reclamam que Pinto não estaria fazendo o bastante para reduzir o déficit das autarquias e subsídio à importação, num momento em que radicalização e crises militares geravam um clima de preocupação (SIGILO, 1963, p. 42)<sup>13</sup>. Entretanto, às vésperas do golpe militar, não se pode dizer que, nas páginas da RBB, havia manifestações claras de apoio ao rompimento do regime democrático, nem mesmo uma radicalização no tom das críticas feitas ao governo.

---

<sup>9</sup> **Revista Bancária Brasileira**, 30 maio 1962.

<sup>10</sup> **Revista Bancária Brasileira**, 30 dez. 1961.

<sup>11</sup> **Revista Bancária Brasileira**, 30 dez. 1961.

<sup>12</sup> **Revista Bancária Brasileira**, 30 set. 1963.

<sup>13</sup> **Revista Bancária Brasileira**, 30 out. 1963.

## **4 BANQUEIROS E A POLÍTICA ECONÔMICA IMPLEMENTADA**

Neste capítulo, é feita uma análise individualizada das posições dos banqueiros mais importantes do país. A seção seguinte consiste no mapeamento dos principais bancos comerciais privados do país, bem como de pessoas chave em sua hierarquia. Posteriormente, os resultados de pesquisa em fontes primárias de manifestações dos quatro principais banqueiros são dispostos. Por fim, é feita uma análise sobre o que se efetivou como política econômica, de maneira a confrontar com a atuação dos banqueiros como grupo de interesse.

### **4.1 Mapeamento dos principais bancos privados e banqueiros**

Este mapeamento visa a identificar quais os principais bancos brasileiros no início do período aqui analisado. Diferentes métricas podem ser empregadas para identificar os maiores bancos de um país. Costa (2002, p. 18) faz menção aos diferentes critérios de grandeza para os bancos: “ativo total, operações de crédito, depósitos, patrimônio líquido e lucro líquido,” além, é claro, do número de agências. O volume total de depósitos, é, naturalmente, o primeiro indicador que vem à mente. Em função da já citada alavancagem, Minella (1988, p. 150-151) alerta que os depósitos podem não refletir a capacidade total de um banco de emprestar, uma vez que a instituição pode fazer uso de outros passivos, como a captação de empréstimos no exterior.

Entretanto, com as altas taxas de inflação do período, o volume de depósitos era o principal recurso competitivo dos bancos. Com taxas de juro negativas, a demanda por crédito superava a oferta. Assim, os bancos buscavam aumentar ao máximo sua capacidade de oferecer crédito, o que está diretamente relacionado ao volume de depósitos (COSTA, 1978, p. 201). A observação de Minella (1988) se refere explicitamente ao momento de intensificação da concentração bancária durante a Ditadura Militar, particularmente após a Resolução nº 63/1967 do Banco Central que permitiu aos bancos se endividarem no exterior para repassar créditos a mutuários domésticos. Desta forma, consideramos os dados de volume de depósitos suficientes para nosso propósito de delimitar quais eram os maiores bancos comerciais privados no período.

A Revista Bancária Brasileira – especializada na divulgação de balancetes e dados sobre os bancos brasileiros –, na sua edição de 30 de agosto de 1961 (BANCOS..., 1961, p. 34-35), organizou dados sobre os maiores bancos brasileiros por depósitos segundo o saldo em 30 de junho de 1961, como pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3: maiores bancos e banqueiros

Posição	Banco	Depósitos (1)	% Total	Propriedade	Pessoas chave (somente privados)	Estado
1	Banco do Brasil S.A	286.434	37,18%	Público	-	DF
2	Banco do Estado de S. Paulo S.A	49.034	6,37%	Público	-	SP
3	Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A	30.232	3,92%	Privado	Aloysio e Gilberto Andrade Faria (PSD-MG)	MG
4	Banco Nacional de Minas Gerais S.A	22.023	2,86%	Privado	Magalhães Pinto (UDN-MG)	MG
5	Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A	20.209	2,62%	Público	-	MG
6	Banco Moreira Salles S.A	18.870	2,45%	Privado	Walther Moreira Salles	MG
7	Banco Mercantil de São Paulo S.A	18.816	2,44%	Privado	Gastão Eduardo de Bueno Vidigal	SP
8	Banco Brasileiro de Descontos S.A	16.116	2,09%	Privado	Amador Aguiar, Laudo Natel (PR-SP)	SP
9	Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A	13.977	1,81%	Privado	Ari Magalhães	MG
10	The First National City Bank of New York	13.473	1,75%	Estrangeiro	-	-
11	Banco Mineiro da Produção S.A	12.792	1,66%	Público	-	MG
12	Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A	12.397	1,61%	Privado	Theodoro Quartim Barbosa	SP
13	Banco Comercial do Estado de São Paulo S.A	12.317	1,60%	Privado	José Maria Whitaker	SP
14	Banco Boavista S.A	9.443	1,23%	Privado	Família Guinle; Fernando Machado Portella	RJ
15	Banco da Província do Rio Grande do Sul S.A	8.247	1,07%	Privado	Ney Galvão	RS
16	Banco Noroeste do Estado de São Paulo S.A	8.201	1,06%	Privado	Mário Wallace Simonsen	SP
17	Banco Hipot. e Agrícola do Est. de Minas Gerais S.A	7.554	0,98%	Público	-	MG
18	Banco Hipotecário Lar Brasileiro S.A	7.385	0,96%	Privado	Jorge Oscar de Mello Flores	RJ
19	Banco da Bahia S.A	7.048	0,91%	Privado	Clemente Mariani	BA
20	Banco de Minas Gerais S.A	7.014	0,91%	Privado	-	MG
21	Banco do Nordeste do Brasil S.A	6.943	0,90%	Público	-	CE
22	Banco de São Paulo S.A	6.674	0,87%	Privado	Corintho Goulart	SP
23	Banco Novo Mundo S.A	6.534	0,85%	Privado	-	RJ
24	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A	6.483	0,84%	Público	-	RS
25	Banco Econômico da Bahia S.A	6.361	0,83%	Privado	Miguel Calmon	BA
26	Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A	6.115	0,79%	Privado	-	SC
27	Banco Nacional do Comércio S.A	6.092	0,79%	Privado	-	RS
28	Banco da América S.A	6.002	0,78%	Privado	Herbert Levy (UDN-SP)	SP
29	Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro S.A	5.948	0,77%	Privado	-	RJ
30	Banco Português do Brasil S.A	5.894	0,77%	Privado	Orlando Correa	RJ

Fontes: BANCOS... (1961); BALANÇETES (1962).

Observação: A porcentagem do total refere-se à soma de depósitos de bancos com depósitos superiores a 1 bilhão de cruzeiros, um total de 73 bancos.

Notas: (1) Milhões de cruzeiros

Segundo estes dados, os quatro maiores bancos comerciais privados brasileiros eram, respectivamente:

- a) Banco da Lavoura de Minas Gerais, que se tornou Banco Real e, hoje, Banco Santander;
- b) Banco Nacional de Minas Gerais, que viria à falência nos anos 1990, sendo absorvido pelo Unibanco;
- c) Banco Moreira Salles, embrião do posterior Unibanco;
- d) e Banco Mercantil de São Paulo, comprado pelo Bradesco nos anos 2000 (COSTA, 2014)

O Banco da Lavoura foi fundado por Clemente Soares de Faria na década de 1920. Desde sua fundação, possuiu vocação varejista, focando em criar uma grande base de clientes individuais e pequenas empresas. Ao “emprestar pouco a muitos”, lema de Faria, o banco prejudicou severamente a agiotagem em Belo Horizonte, que visava às camadas mais populares. Foi o maior banco em volume de depósitos de 1947 a 1964, com apenas duas exceções. No início da década de 1960, eram pessoas chave na hierarquia do banco os dois filhos de Clemente, Aloysio de Andrade Faria e Gilberto de Andrade Faria. Em 1971, os dois herdeiros cindiriam o banco; o primeiro fundaria o Banco Real, depois vendido ao holandês ABN Amro e ao espanhol Santander, e o segundo o Banco Bandeirante, vendido ao português Caixa Geral de Depósitos (COSTA, 2014, p. 193-198). Durante a República Velha, Clemente Faria foi Deputado Estadual e foi eleito Deputado Federal na legislatura de 1930, destituída pela Revolução de 1930 (SOUZA, 2010). Gilberto de Andrade Faria foi Deputado Federal pelo PSD e pela Arena de 1963 a 1971, tendo diversos parentes políticos pelo lado de sua mãe, também vinculados ao PSD e à Arena (FLEISCHER, 1978).

O Banco Nacional de Minas Gerais tinha como principal acionista, no período de investigação, o Governador de Minas Gerais pela UDN, José de Magalhães Pinto. Um dos principais articuladores civis do golpe militar de 1964, Magalhães Pinto teve longa e atuante carreira política, tendo passado também pela Arena e pelo PDS. Além de governador, foi Deputado Federal, Senador e Ministro das Relações Exteriores. Suas muitas comunicações públicas como político proporcionam bom material para a análise do discurso. Magalhães Pinto foi diretor do Banco da Lavoura até que sua atividade política de oposição ao Estado Novo lhe rendesse a demissão de seu cargo – particularmente a assinatura do “Manifesto dos Mineiros” em 1942. Em 1944, levanta rapidamente mais de 90 mil contos de reis junto a seus amigos, que incluíam Virgílio de Melo Franco, irmão de Afonso Arinos de Melo Franco, mais

do que os 50 mil contos necessários para a abertura do Banco Nacional (KORNIS; SOUZA, 2010). Nas palavras de Costa (1978, p. 174), “[o] banco nasceu, pois, grande. Caracterizava-se pela sua agressividade em conquistar posições.”

O Banco Moreira Salles era comandado por Walther Moreira Salles, figura de grande interesse desta pesquisa por ter sido Ministro da Fazenda durante o primeiro ano do governo parlamentarista de João Goulart (FONSECA, 2004). Seu banco tem origem na atividade comerciante e de correspondente bancário da Casa Moreira Salles, de seu pai, João Moreira Salles, em Poços de Caldas, Minas Gerais, na divisa com São Paulo. As negociações com cafeicultores da região levantaram o capital necessário para a prosperidade da Casa Bancária, que passou a chamar-se Banco Moreira Salles com a fusão com a Casa Bancária de Botelhos e o Banco Machadense em 1940. O crescimento por fusões teria continuidade, e após a fusão com o maior banco privado gaúcho, o Agrícola Mercantil, em 1967, o banco adotaria o nome União de Bancos Brasileiros, que seria simplificado para Unibanco em 1975 (NASSIF, 2001<sup>14</sup>; COSTA, 2014). Walther Moreira Salles foi também Superintendente da SUMOC (1951-1952), indicado pelo Ministro da Fazenda Horácio Lafer, e Embaixador do Brasil em Washington por duas vezes, em períodos específicos dos governos de Vargas e Kubitschek. Moreira Salles foi chamado por estes presidentes em momentos críticos em que precisavam melhorar as relações com os Estados Unidos (MAYER, 2010a).

Já o Banco Mercantil de São Paulo foi fundado, em 1938, por Gastão de Costa Carvalho Vidigal, ministro da Fazenda de Eurico Gaspar Dutra (PSD-SP) e pré-candidato ao governo de São Paulo pelo PSD. Seu irmão, Alcides da Costa Vidigal, foi Deputado Federal (PSD-SP). Falecido em 1950, deixou o comando do banco para seu filho, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, que foi, a partir de 1961, secretário da Fazenda de São Paulo no governo Carvalho Pinto (1959-1963), vinculado a Jânio Quadros e membro do Partido Democrata Cristão (PDC) (MAYER, 2010b; MONTELLO, 1961<sup>15</sup>). Foi um membro atuante do IPES paulista (LOUREIRO, 2012, p. 232, n. 143). Segundo o relato do ex-governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins (2007, p. 168-170), Gastão Bueno Vidigal contribuiu com dinheiro para as conspirações civis às vésperas do golpe de 1964.

Apesar de não nos aprofundarmos em sua visão de mundo e de alguns deles já terem aparecido nesta pesquisa, alguns outros banqueiros que constam na Tabela 3 merecem ser citados pela sua importância política. Além de Moreira Salles, também Ney Galvão, do Banco da Província, e Miguel Calmon, do Banco Econômico, foram Ministros da Fazenda de

<sup>14</sup> **Folha de S. Paulo**, 28 fev. 2001.

<sup>15</sup> **Jornal do Brasil**, 09 mar. 1961.

Goulart, enquanto Clemente Mariani, do Banco da Bahia, o havia sido de Quadros e José Maria Whitaker, do Banco Comercial de São Paulo, de Café Filho. Laudo Natel, do Bradesco, foi eleito vice-governador de São Paulo pelo PR em 1963. Herbert Levy era presidente nacional da UDN e deputado federal, sendo uma das maiores lideranças udenistas no Congresso. Theodoro Quartim Barbosa tinha atuação destacada no IPES, contribuindo financeiramente para a organização (DREIFUSS, 1981).

#### 4.2 Expressões individuais de banqueiros sobre a Política Econômica

Se, como visto no capítulo anterior, os banqueiros tinham uma organização coletiva ainda incipiente, individualmente vários banqueiros tinham intimidade com o poder. Dos cinco Ministros da Fazenda titulares de Goulart, apenas dois não eram banqueiros: San Tiago Dantas e Carvalho Pinto. Dentre os banqueiros dos quatro maiores bancos privados selecionados no mapeamento, apenas um não exerceu cargo político. Nesta seção, as manifestações públicas destes indivíduos são analisadas com o objetivo de compreender a posição destes líderes banqueiros sobre a política econômica do período.

Os principais proprietários do Banco da Lavoura mantinham relativa discrição. Não há registros sobre Aloysio Faria no acervo dos jornais pesquisados. Gilberto Faria foi eleito deputado federal pelo PSD mineiro em outubro de 1962, tendo sido o quarto deputado mais votado em sua legenda e em todo o estado (OS ELEITOS, 1962, p. 4)<sup>16</sup>. Juscelino Kubitschek e Benedito Valadares, tentando ampliar a bancada pessedista mineira na Câmara, “buscaram para a disputa política alguns dos homens mais poderosos financeiramente desta República [...], elementos que nunca participaram da vida pública, mas [que] dispõem de bilhões,” entre eles, Gilberto Faria (2 MILHÕES..., 1962)<sup>17</sup>. Na base de dados da Câmara dos Deputados, tudo o que se sabe sobre sua atividade parlamentar em 1963 foi um projeto para garantir soldo mínimo a magistrados, um pedido de verba para a construção de uma estrada no interior mineiro e um projeto sobre a repartição de verbas do Imposto de Renda com os municípios (BRASIL, 1963). Era membro, também, da Comissão de Relações Exteriores; entretanto, fazia parte do grupo que “raramente [comparece] às sessões, não [tendo recebido] nenhum projeto para relatar” até o fim do seu primeiro ano como parlamentar (MOSSRI, 1964)<sup>18</sup>.

<sup>16</sup> **O Estado de São Paulo**, 17 nov. 1962.

<sup>17</sup> **Correio da Manhã**, 06 out. 1962.

<sup>18</sup> **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01 jan. 1964.

Enfim, uma atividade parlamentar de baixa intensidade, com projetos de corte tradicional e que não tratavam dos grandes temas econômicos à época.

José Magalhães Pinto, do Banco Nacional de Minas Gerais, tem como principal peculiaridade uma longa carreira política pela UDN mineira. Era um dos principais líderes da chamada “Bossa Nova” da UDN, facção à esquerda do partido, que polarizava com a “Banda de Música”, setor radicalmente conservador comandado por Carlos Lacerda. Os “Bossa Nova” eram apoiadores de Jânio Quadros, inclusive de sua política externa, e valorizavam a ideia de justiça social com uma interpretação oriunda da doutrina social da igreja (BENEVIDES, 2010). Não podemos deixar de avaliar a atuação política deste banqueiro. Às vésperas da renúncia de Jânio Quadros, ele fez alguns discursos defendendo a política externa e doméstica de Quadros, mostrando que a própria UDN não estava coesa em torno da crítica à Política Externa Independente (PEI) de Jânio. Esta crítica era resultado da atuação particular de Carlos Lacerda, a quem Magalhães Pinto se opunha, pois via com bons olhos a posição de autonomia e de relação com vários países da política externa de Quadros (MAGALHÃES..., 1961a<sup>19</sup>; NEY..., 1961<sup>20</sup>). Após a renúncia, ele estava na comitiva que se encontrou com Quadros em São Paulo, juntamente com o também banqueiro e udenista paulista Herbert Levy, levando a mensagem de Lacerda para que Quadros não renunciasse (QUADROS..., 1961)<sup>21</sup>. Magalhães Pinto elogiou as emissões realizadas durante a crise da renúncia, que tiveram por objetivo prevenir uma crise bancária, e disse que estas teriam pouco impacto na estabilização da economia, uma vez que boa parte dos saques já havia voltado aos bancos (MAGALHÃES..., 1961b)<sup>22</sup>.

Ao tratar dos problemas de Minas Gerais, assumiu postura industrialista como alternativa do desenvolvimento da região (NEY..., 1961). Em 04 de outubro, Magalhães Pinto afirmou que a eleição de Jânio havia sido uma demonstração da vontade popular por reformas de base, que ele defendeu:

Não podemos permitir que se retardem as medidas de defesa da economia popular, traduzidas na reforma agrária, na lei reguladora da remessa de lucros para o Exterior, na lei antitruste, na taxação de lucros extraordinários, na progressiva nacionalização das empresas de exploração das riquezas minerais e das concessionárias de serviços públicos. (MAGALHÃES..., 1961c)<sup>23</sup>.

---

<sup>19</sup> O Estado de São Paulo, 20 ago. 1961.

<sup>20</sup> O Estado de São Paulo, 25 ago. 1961.

<sup>21</sup> O Estado de São Paulo, 26 ago. 1961.

<sup>22</sup> O Estado de São Paulo, 15 set. 1961.

<sup>23</sup> O Estado de São Paulo, 4 out. 1961.

Também esse era o sentido da coalizão de governadores vitoriosos em 1960, da qual fazia parte, encabeçada pelo paulista Carvalho Pinto, que se tornaria Ministro da Fazenda de Goulart. Com Lacerda excluído desta coalizão, os janistas defendiam o planejamento administrativo, o desenvolvimento no terreno econômico, “recomendando a intervenção estatal, sempre que necessária, à correção dos vícios ou das insuficiências de nossa economia tradicional” (OITO..., 1961)<sup>24</sup>. Em 19 de outubro, Magalhães Pinto reafirma seu interesse pelas reformas, mas lembra a pauta moralizante da campanha de 1960, ao afirmar que estas devem vir para combater “o empreguismo, a corrupção, a negociata” (MAGALHÃES..., 1961d)<sup>25</sup>. No discurso na ocasião em que a Assembleia Legislativa mineira concedeu a Goulart o título de cidadão mineiro, ele diagnosticou que “[o] desnivelamento entre as diversas categorias sociais e as profundas disparidades regionais, que cada dia mais se acentuam, revelam a premência de reformas.” (O PRESIDENTE..., 1961)<sup>26</sup>. Em outro discurso, falou da necessidade de haver projetos de integração nacional para a industrialização do Norte e do Nordeste, além de repelir as soluções marxistas para o desenvolvimento (O GOVERNADOR..., 1961)<sup>27</sup>.

Segundo Loureiro (2012, p. 246, 254, 277-279, 287), Magalhães Pinto atuou com os também pretendentes presidenciais Kubitschek e Juracy Magalhães (UDN-BA) na chamada crise de julho de 1962. Além de sabotar o parlamentarismo, atuaram para antecipar o plebiscito do presidencialismo e dificultaram a formação do gabinete ministerial que sucederia a Tancredo Neves. Uma ação política Magalhães Pinto que teve consequências econômicas no impacto sobre o ajuste de Moreira Salles, cujo ministério perderia gradualmente sua autoridade para comandar a política econômica. Os três pressionaram o parlamento em votações que desestabilizaram o gabinete de Tancredo Neves, abrindo nova fissura na política nacional, além de apoiarem o adiantamento do plebiscito. Na trajetória do mais político dos grandes banqueiros, certas ações parecem não estar ligadas somente aos seus interesses e interpretações econômicas, mas também a suas aspirações políticas.

Curiosamente para alguém de defendia a Política Externa Independente, Magalhães Pinto foi um dos governadores a se beneficiar de uma relação especial com os Estados Unidos. Minas Gerais recebeu recursos do USAID por ser uma das “ilhas de sanidade administrativa”, um eufemismo para lideranças regionais que apoiavam os Estados Unidos na luta contra o comunismo, no contexto da Guerra Fria. Em 1963, São Paulo, de Adhemar de

<sup>24</sup> O Estado de São Paulo, 5 out. 1961.

<sup>25</sup> O Estado de São Paulo, 19 out. 1961.

<sup>26</sup> O Estado de São Paulo, 18 nov. 1961.

<sup>27</sup> O Estado de São Paulo, 20 dez. 1961.

Barros, Rio de Janeiro, de Carlos Lacerda, e Minas Gerais receberam não menos que US\$ 96 milhões do governo dos Estados Unidos (LOUREIRO, 2012, p. 183-184, 432-433). Logo antes do golpe 1964, Magalhães Pinto coordenou a possível criação de uma confederação de “estados democráticos” para fazer oposição a Goulart, caso o golpe não tive sucesso imediato (LOUREIRO, 2012, p. 437). No dia 30 de março de 1964, ele conclamou seus conterrâneos mineiros à resistência, num claro apoio ao golpe que se desenrolava; a marcha militar do golpe partiria de Minas Gerais (SKIDMORE, 2010, p. 345).

Walther Moreira Salles, do Banco Moreira Salles, teve uma atuação política de alta influência, porém de curta duração. Nunca concorreu a mandato e nunca foi filiado a partido político. Ele atuou duas vezes como embaixador do Brasil nos Estados Unidos, nos governos Vargas e Kubitschek, justamente por ter boas relações nos Estados Unidos. Durante o governo de Jânio Quadros, foi “embaixador especial”, enviado aos Estados Unidos para negociar a dívida externa brasileira (LOUREIRO, 2012, p. 157-160; O ESTADO DE SÃO PAULO, 1961c). Foi Ministro da Fazenda do governo parlamentarista de Goulart, nos gabinetes de Tancredo Neves e Brochado da Rocha. Seu mandato durou da posse de Goulart, em 7 de setembro de 1961, a 14 de setembro do ano seguinte. A nomeação de um dos maiores banqueiros do país tinha por objetivo dar credibilidade ao governo no seu comprometimento pela estabilidade, e em particular na questão das contas externas (FONSECA, 2004, p. 595-596).

Em seu discurso de posse, Moreira Salles não entrou em detalhes sobre o que seria sua atuação à frente do Ministério. Limitou-se a elencar os objetivos mais gerais, que incluíam a continuidade da tentativa de estabilidade econômica de seu antecessor, Clemente Mariani. Assim, situou como objetivo geral de seu ministério defender

[...] a causa da independência econômica do Brasil, do crédito do Brasil no exterior, a defesa intransigente de uma linha de conduta ditada pela consciência de nosso direito de falar de igual para igual com as outras nações, por mais poderosas que sejam, sempre que for necessário. (SALLES, 1961a, p. 22)<sup>28</sup>.

Mariani afirmou, à época, que Moreira Salles tinha “pontos de vista sobre política monetária, cambial, financeira e cafeeira que coincidem inteiramente com os que foram aplicados no governo anterior” (FAZENDA..., 1961)<sup>29</sup>. Moreira Salles fez questão de manter os diretores de Mariani no Ministério (BANQUEIROS..., 1961)<sup>30</sup>, bem como o Diretor-

<sup>28</sup> **Revista Bancária Brasileira**, 30 set. 1961.

<sup>29</sup> **Correio da Manhã**, 10 set. 1961.

<sup>30</sup> **Correio da Manhã**, 12 set. 1961.

Executivo da SUMOC, Octavio Gouvêa de Bulhões (BACEN, 2016a). Salles demonstrava estar comprometido com uma política econômica ortodoxa, porém não deixava de levantar princípios desenvolvimentistas para sua atuação. Ele defendeu o combate à inflação como prioridade, sem esconder a necessidade de austeridade. Porém, também defendia o crescimento acelerado, de em torno de 7,5%, distribuição de renda e combate ao desemprego, bandeiras identificadas com o desenvolvimentismo. Ele sabia da dificuldade em conciliar estas duas visões, mas se propunha a priorizar o combate à inflação, como necessidade emergencial (FONSECA, 2004).

Ele compareceu à cerimônia de encerramento do II CNB, em que proferiu discurso. Defendeu a unidade de ação e de objetivos dos banqueiros como grupo de interesse, afirmando que o grau de mobilização e coesão atingidos pelos CNB era inédito e impensável duas décadas antes. Assim, disse Salles (1961b, p. 30)<sup>31</sup>:

Hoje – e nem seria preciso dizê-lo aqui, pois este conclave mostra claramente o quanto estais convencidos disto – a instituição bancária necessita de estreitar as relações entre os seus componentes, para poder realizar uma obra de colaboração coletiva e eficiente em favor de nossa pátria.

Descreveu o grande objetivo comum de sua classe o enfrentamento da crise e a da condição de vida do povo brasileiro, que considerou não compatíveis com a dignidade e com os valores cristãos. Para ele, os banqueiros deveriam batalhar não só pelo crescimento econômico, mas também por uma mais equânime distribuição de renda. Fez também uma defesa da democracia, conclamando seus colegas banqueiros para que trabalhassem por uma saída da crise brasileira que mantivesse o regime democrático (SALLES, 1961b, p. 30-32).

Em dezembro de 1961, fez discurso à Associação Comercial do Rio de Janeiro em que mostrou sua visão da realidade econômica. Pediu aos empresários que contribuíssem para a redução da inflação, dizendo que era aquele o momento para a aplicação dos “remédios heroicos” para a instabilidade, no que parece uma referência implícita a medidas de ajuste recessivo. Defendeu a necessidade de realização das reformas de base, que deveriam ter o apoio dos empresários para que o país saísse da crise. Disse ele: “Em lugar, pois, de rejeitarmos a ideia de uma reforma agrária, esforcemo-nos em apresar essa reforma e torná-la boa, útil, profícua.” (TÊRMO..., 1961)<sup>32</sup>. Disse que considera necessário o ingresso de capitais estrangeiros para o financiamento do investimento no Brasil, em dura crítica à emissão monetária como método inflacionário de financiamento, mas sem explicitar sua

<sup>31</sup> **Revista Bancária Brasileira**, 30 nov. 1961.

<sup>32</sup> **O Estado de São Paulo**, 28 dez. 1961.

posição a respeito da Lei de Remessa de Lucros. Moreira Salles sublinhou os danos que a instabilidade política causa à economia, clamando a colaboração do empresariado na manutenção de um clima ameno nas relações políticas (TÊRMO, 1961...).

Em 19 de janeiro de 1962, em discurso na FIESP, Moreira Salles fez seu mais completo diagnóstico sobre os problemas nacionais. A cobertura com emissões do déficit público era agravada pelo alto multiplicador bancário de um período em que a SUMOC tinha dificuldades para controlar o compulsório. O excesso de oferta de moeda gerava inflação, que pressionava por reajustes salariais do empregados privados e públicos, que por sua vez alargavam o déficit. Pela alta taxa de inflação, o governo não conseguia emitir dívida, e o brutal rechaço dos agentes por manter papel-moeda em constante desvalorização incentivava todo tipo de atividade especulativa. Para interromper este ciclo, “[deve] o Governo limitar as despesas públicas e cumprir-lhe disciplinar o crédito selecionando-o em função do seu destino,” um clássico ajuste ortodoxo (APONTA..., 1962)<sup>33</sup>.

Depois desta leitura mais monetarista, ele parte para uma interpretação menos ortodoxa da inflação, que justifica seu pedido aos empresários que reduzam sua taxa de lucro, ao menos momentaneamente. Diz ele que a inflação é uma disputa de cada classe por uma fatia maior na renda nacional. De maneira simplificada, trabalhadores querem mais salários, governo quer mais receitas e o empresariado quer maiores lucros. Ele tacha como inadmissível a compressão dos salários, dadas as condições de vida dos brasileiros. Caberia, então, a redução das despesas do governo e uma redução dos lucros do empresariado. Ele elogiou a unificação cambial comandada por Mariani, que já obtivera resultados na ampliação e diversificação das exportações. Defendeu também a entrada do capital estrangeiro como motor da evolução tecnológica do parque industrial brasileiro, mais uma vez sem comentar explicitamente a Lei da Remessa de Lucros (TÊRMO, 1961...). Moreira Salles desejava reativar o mercado de títulos públicos, tanto que formou um Grupo de Trabalho seu ministério para realizar um projeto de Crédito Público (RECEBEU..., 1962)<sup>34</sup>.

Foi nesta primeira fase de seu mandato como ministro que Moreira Salles pode expor com maior liberdade sua visão sobre as saídas para crise. Isso porque, segundo Fonseca (2004), a partir de junho de 1962 sua gestão passou por uma fase de randomização, em que não foi mais possível ignorar as pressões por aumentos de soldo de setores do funcionalismo, num momento de relaxamento dos esforços do ajuste. Com a queda do gabinete de Tancredo

<sup>33</sup> O Estado de São Paulo, 20 jan. 1962.

<sup>34</sup> O Estado de São Paulo, 28 fev. 1962.

Neves, ele foi cogitado para Primeiro Ministro (CAINDO..., 1962)<sup>35</sup>, mas acabou permanecendo na Fazenda no gabinete de Brochado da Rocha. Mesmo vendo fracassar sua tentativa de estabilização, Moreira Salles seria o ministro que permaneceu mais tempo na pasta durante todo o governo João Goulart (FONSECA, 2004). Após sua atuação como ministro, foi Embaixador do Brasil no Mercado Comum Europeu por um curto período, pedindo demissão em janeiro de 1963 (EXONERAÇÃO..., 1963)<sup>36</sup>. Posteriormente, ficou reservado a suas atividades profissionais e não fez mais aparições na imprensa, com exceção notória das colunas sociais.

Gastão Eduardo Bueno Vidigal, do Banco Mercantil de São Paulo, foi Secretário da Fazenda de São Paulo durante o governo Carvalho Pinto (PDC, 1959-1963). Assumiu o posto em março de 1961, permanecendo até janeiro de 1962 (MONTELLO, 1961; EXONERAR-SE..., 1962<sup>37</sup>). Durante seu período na Fazenda estadual, defendeu a austeridade, ao negar reajustes ao funcionalismo, para garantir os investimentos do Plano de Ação do Governo do Estado (POLÍTICA..., 1961)<sup>38</sup>. Sua gestão teve como marcas a proposição de reformas financeiras no Estado, que incluíram a reforma do regimento da Bolsa de Valores de São Paulo, mudanças na estrutura do Banco do Estado de São Paulo, uma reforma tributária de simplificação e racionalização da arrecadação do Imposto de Vendas e Consignações, precursor do ICMS (BÔLSA..., 1961<sup>39</sup>; MAGALHÃES, 1961<sup>40</sup>; O PROJETO..., 1962<sup>41</sup>) e contribuição para o financiamento do desenvolvimento do Nordeste através da Sudene, em contatos diretos com Celso Furtado, que era seu presidente (PIAUÍ..., 1961)<sup>42</sup>, e com empresários da região (ÊXITO..., 1962)<sup>43</sup>. À imprensa, quase nada comentou sobre a conjuntura econômica nacional, concentrando-se nas questões sobre o estado de São Paulo. Ele foi indicado para participar do Congresso de Reformas, promovido pelo Correio da Manhã, para debater as reformas de base (CONGRESSO..., 1963)<sup>44</sup>.

Segundo Loureiro (2012, p. 113-114), Vidigal foi interlocutor das demandas do empresariado paulista por mais crédito no momento em que, durante o governo de Jânio, a política econômica ortodoxa sucumbiria às pressões por relaxamento. Este ponto é

<sup>35</sup> **O Cruzeiro**, 16 jun. 1962.

<sup>36</sup> **Correio da Manhã**, 05 jan. 1963.

<sup>37</sup> **O Estado de São Paulo**, 24 jan. 1962.

<sup>38</sup> **Correio da Manhã**, 20 set. 1961.

<sup>39</sup> **Jornal do Brasil**, 8 out. 1961.

<sup>40</sup> **Correio da Manhã**, 1 out. 1961.

<sup>41</sup> **O Estado de São Paulo**, 26 jan. 1962.

<sup>42</sup> **Correio da Manhã**, 28 out. 1961.

<sup>43</sup> **Correio da Manhã**, 3 jan. 1961.

<sup>44</sup> **Correio da Manhã**, 13 jan. 1963.

interessante por demonstrar que as pressões pelo fim da austeridade não eram somente uma demanda das “bases esquerdistas” dos governos, mas também tinham importante participação empresarial.

Na segunda metade de 1962, Vidigal e o banqueiro Teodoro Quartim Barbosa, do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, o Comind, e do IPES paulista, foram informantes da embaixada norte-americana, segundo documento obtido por Loureiro (2012). Eles relataram o apoio empresarial ao plano do Ministro Miguel Calmon para a estabilização da economia, devido aos grandes temores de que a inflação crescente desestabilizasse por completo a ordem social e econômica (LOUREIRO, 2012, p. 334). Naquele mesmo período, Vidigal teria contribuído para o controverso relatório do general norte-americano William Drapper, que defendia que o Brasil estaria na iminência de uma catástrofe financeira, devido principalmente à projeção do déficit externo para o ano seguinte, o que justificaria uma posição de “linha dura” do governo americano<sup>45</sup> (LOUREIRO, 2012, p. 399-400).

### **4.3 Considerações sobre a Política Econômica implementada**

Quanto à Reforma Bancária, UDN e PTB polarizaram o debate no Congresso. Minella (1988, p. 44-50) sintetiza as posições partidárias da seguinte maneira: UDN representava mais os banqueiros e uma tendência privatizante; PTB era de tendência estatizante, com representantes de posições diversas e, não raro, antagônicas; PSD tinha tendência nacionalista e laços mais fortes com os industriais. Tanto PTB quanto o PSD, em geral, defendiam que o Banco do Brasil se tornasse Banco Central, questão que dividia frontalmente os banqueiros e a FIESP. Os industriais tinham grande influência sobre o Banco do Brasil e viam que poderiam manter esta influência caso este se tornasse Banco Central (MINELLA, 1988, p. 58-61). Este ponto do debate revela um conflito de interesses intersetorial na influência sobre a reforma.

Este conflito em torno da reforma seria atenuado após o golpe, com banqueiros e industriais chegando a um consenso sobre a reforma que acabou sendo efetivada. O núcleo do projeto concretizado havia sido elaborado pelo IPES e IBAD, institutos envolvidos na conspiração golpista, em que empresários nacionais e estrangeiros atuavam com objetivos comuns. Estas organizações haviam divulgado seu projeto de reforma nos anos anteriores

---

<sup>45</sup> A posição de Drapper era tão intervencionista que coube ao embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, defender que Goulart tivesse uma chance e que o melhor papel para Washington era fortalecer os grupos democráticos.

através de seminários e publicações. O Ministro da Fazenda, Octávio Bulhões, formou uma comissão para elaborar o projeto, em que predominavam membros estreitamente vinculados com os banqueiros e o IPES-IBAD. O principal desafio dos banqueiros era vencer as pressões de outros setores empresariais, como a transformação do Banco do Brasil em Banco Central, defendida pelos industriais, e a limitação à formação de conglomerados nacionais, no caso dos banqueiros estrangeiros (MINELLA, 1988, p. 64-70). Uma vez promulgada a Reforma por Castello Branco, banqueiros se manifestaram de maneira positiva em relação ao projeto final (MINELLA, 1988, p. 118).

Quanto à estabilização da economia, houve dois ciclos em que o governo Goulart se comprometeu com um ajuste ortodoxo mas teve de abandoná-lo por este ser contrário ao que defendia sua base política. Monteiro e Fonseca (2012) defendem que estes ciclos obedecem ao que chamam de “padrão populista de política econômica”, que possui três fases. Primeiro, o governo acata a solução ortodoxa, realizando uma política de austeridade, contenção dos gastos públicos e limitação das emissões monetárias. Estas medidas geram uma crise de legitimidade política do governo com sua base (FONSECA, 2004). Esta pressiona por um redirecionamento da política do tipo “preferência pelo crescimento”. Na segunda fase, dita de randomização da política econômica, o governo, gradualmente, acatava as pressões, num período em que não há clareza de qual é o verdadeiro foco do governo. Esta flexibilização acaba por inviabilizar o ajuste, reduzir a credibilidade do governo e fazê-lo abandonar o ajuste contracionista, trazendo a conjuntura de volta para uma situação de instabilidade e inflação (MONTEIRO; FONSECA, 2012, p. 540-541).

É importante notar que, das opções de política econômica resenhadas aqui a partir de interpretações das causas da desestabilização da economia, não consta a “opção pelo crescimento”. Esta é fruto de pressão política e de uma tentativa de buscar, rapidamente, o objetivo mais geral da política econômica no período, que é realizar a retomada do crescimento. O primeiro ciclo de política econômica no governo Goulart foi iniciado, como já foi dito, pelo gabinete de Tancredo Neves com Moreira Salles na Fazenda. O caráter conciliador do gabinete, que tinha membros dos três grandes partidos, PSD, PTB e UDN, pode ter sido a razão de este ter defendido o ajuste ortodoxo simultaneamente a princípios desenvolvimentistas, como o alto crescimento econômico, a manutenção do emprego e a distribuição de renda. Estes objetivos, aparentemente contraditórios, faziam mais sentido se levada em conta a temporalidade do planejamento do governo. O plano de governo buscou planejar suas ações no longo, médio e curto prazo, sendo reservado a este último o Plano de Emergência, mais ortodoxo, que visava a estabilizar a oferta monetária em termos reais e

fazer contenção dos gastos públicos. O governo também se comprometia com reformas estruturais, como a bancária, a tributária e a agrária (ABREU, 1990; FONSECA, 2004).

O equilíbrio político de Goulart dependia, também, de sua Política Externa Independente, que agradava a esquerda do PTB mas desagradava os liberais da UDN. Este conflito acabaria por instabilizar o governo, principalmente após a visita de Goulart aos Estados Unidos em abril de 1962, em que, ao demonstrar sua vontade de manter boas relações com Washington, desagradou a esquerda e a direita, esta última acusando-o de interpretar um teatro não condizente com suas reais aspirações. Para recuperar sua base, Goulart radicalizou o discurso aos trabalhadores no 1º de maio, voltando a falar de Reforma Agrária e dando à UDN a sensação que suas suspeitas estavam corretas (FONSECA, 2004). Com os resultados práticos dos contatos com os Estados Unidos havendo sido limitados e a perda de controle do déficit público e da emissão monetária, inicia-se uma fase de randomização (FONSECA, 2004; ABREU, 1990). No final de maio, Tancredo Neves pede demissão, sendo substituído por Brochado da Rocha. Como já afirmamos, Moreira Salles permanece na Fazenda, mas o gabinete é efêmero, sendo dissolvido em setembro. O também banqueiro Miguel Calmon assume o Ministério da Fazenda no gabinete de Hermes Lima. Neste momento, o Parlamentarismo é bombardeado por uma campanha de Goulart e de pretensos candidatos presidenciais como Kubitschek e Magalhães Pinto, resultando na antecipação do Plebiscito do Parlamentarismo e fazendo da gestão de Hermes Lima um gabinete tampão (ABREU, 1990; FONSECA, 2004).

Com seus poderes presidenciais recuperados no início de 1963, Goulart inicia seu segundo ciclo, como proposto por Monteiro e Fonseca (2012), com a política ortodoxa do Plano Trienal. Elaborado por Celso Furtado, que passou a comandar o Planejamento, o plano tinha por objetivos o combate gradual da inflação, a retomada do crescimento do ciclo de Kubitschek, a promoção das reformas de base, a redução das desigualdades de renda e o reescalamento da dívida externa (MACEDO, 1975). O Ministério da Fazenda ficou a cargo de San Thiago Dantas, tendo a equipe ministerial, além de Furtado, Hermes Lima e João Mangabeira, figuras de alto relevo intelectual à época; entretanto, um governo com menor participação de representantes do empresariado se comparado aos gabinetes anteriores (ABREU, 1990, p. 206). Apesar de Furtado ser o maior intelectual brasileiro do estruturalismo cepalino, seu diagnóstico da inflação era ortodoxo, bem como as soluções que propunha: corte dos gastos públicos, restrição ao crédito – com limitação quantitativa e aumento do compulsório –, correção de preços administrados (ABREU, 1990) e uma reforma tributária que visaria a aumentar a carga tributária. O arrocho foi tamanho e as pressões pelo

seu relaxamento tão fortes que, já em meados de maio, o governo passou a uma fase de randomização, que culminaria com a reforma ministerial de junho, que levaria Carvalho Pinto à Fazenda. Com o governo perdendo força, com greves e radicalização, à direita e à esquerda, tomando corpo, Carvalho Pinto seria substituído em dezembro por Ney Galvão, banqueiro gaúcho, já às vésperas do golpe militar (FONSECA, 2004; NEI..., 2010).

O modelo elaborado por Monteiro e Fonseca (2012) permite averiguar, a partir do conceito de credibilidade, como o setor privado reagiu à condução da política econômica em distintos períodos dos governos Quadros e Goulart. Nele, a função de custos do governo é diretamente proporcional à taxa de inflação corrente. Dois tipos ideais de governo, forte e fraco, se caracterizam pelo comprometimento no combate à inflação e pela opção pelo crescimento, respectivamente. Dados sobre a base monetária real foram utilizados para estimar a credibilidade da política monetária de janeiro de 1961 a dezembro de 1963, numa escala percentual. Os resultados encontrados mostram que Jânio Quadros conquistou credibilidade acima de 70%, principalmente devido à Instrução 204 da SUMOC. Esta seria perdida durante o período Parlamentarista, pelos gabinetes de Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima, que falharam nas suas tentativas de estabilização, chegando a menos de 10% entre julho e outubro de 1962. Após o plebiscito que confirmou o mandato presidencialista de Goulart, em janeiro de 1963, a confiança foi retomada através do Plano Trienal, atingindo mais de 90% entre junho e julho. Entretanto, os custos políticos do plano cobraram seu preço a partir deste momento, com a radicalização e instabilidade políticas obrigando o governo a seguir outra rota, enviando sinais ambíguos e ultrapassando em duas vezes a meta fiscal para o terceiro trimestre. Em dezembro, às vésperas do golpe militar e no momento com a demissão do Ministro da Fazenda Carvalho Pinto, a credibilidade voltou a marcar menos de 10% (MONTEIRO; FONSECA, 2012, p. 537-539).

A pesquisa em manifestações individuais não permitiu esclarecer, com precisão, o momento em que os banqueiros, como grupo de interesse, abandonaram conjuntamente o governo Goulart, abrindo espaço para o fim do regime democrático. Como já vimos anteriormente, nas manifestações coletivas os banqueiros evitavam entrar neste tipo de polêmica conspiratória. Das manifestações individuais, depreende-se que os banqueiros podem ser divididos em dois grupos. Há os que, de maneira bastante prematura, já apoiavam instituições como o IPES e o IBAD, como é o caso de Magalhães Pinto, Gastão Vidigal e Teodoro Quartim Barbosa, o que sugere que já consideravam uma solução de ruptura institucional há algum tempo. Outro grupo deve ter seguido a tendência mais geral do empresariado moderado, que, apesar de defender a democracia, acaba sucumbindo a uma

solução autoritária por não mais aguentar tanta instabilidade política e econômica. Dreifuss (1981) fala em “tomada do Estado” da parte dos empresários, incluindo banqueiros, que faziam parte do IPES, uma vez que estes civis passaram a ter enorme influência em áreas muito importantes do novo regime. Por outro lado, como lembram Schwarcz e Starling (2015), muitos foram os que apoiaram o golpe ao crer que esta seria apenas uma rápida transição ao poder, principalmente figuras com aspirações presidenciais como Magalhães Pinto.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos 1960 foram um período privilegiado para assistir a evolução dos bancos comerciais privados como grupo de interesse. Uma conjuntura política e econômica pouco promissora levou este grupo de importantes empresários a uma organização e manifestação pública de unidade nunca antes vista. Pelas características específicas da atividade bancária, souberam fazer de um período de instabilidade e inflação um momento propício para expandir agências, fundir ou adquirir bancos menores, fortalecer seus grupos econômicos e ter uma atividade lucrativa e resiliente. Poderosos pelos meios que detinham para influenciar a economia, mas ainda carentes de poder político se comparados aos empresários de ramos mais tradicionais, a crise política teve para eles papel mobilizador. Em um momento de radicalização política interna e externa, souberam se organizar, concentrar esforços e propor a política econômica que desejavam. Pela narrativa coetânea, a década de 1960 justificava a mais elevada preocupação das classes proprietárias, que souberam se unir e delimitar um conjunto de medidas de interesse comum.

Boa parte deste movimento de coesão dos interesses dos banqueiros deveu-se à Reforma Bancária. Nas manifestações individuais, alguns banqueiros, como Magalhães Pinto, reconheciam a importância de realização das reformas de base. Entretanto, nas suas elaborações coletivas, eles só tinham olhos para a reforma que mais lhes dizia respeito. O setor bancário era o maior interessado nesta reforma, travando uma polarização árdua com os industriais. Após apenas três anos de Congressos Nacional de Bancos, souberam aparar as arestas dos conflitos internos para redigir uma versão da Reforma que lhes interessava, materializada na Declaração de Belo Horizonte. A realização dos CNB envolveu divulgação pública, inscrição de teses e de todo um esquema organizacional participativo. A constituição de um grupo de interesse, na concepção pluralista, é um direito dos indivíduos de se manifestarem junto ao poder central para defender seus pontos de vista. Não diferente de outros grupos sociais, pregavam publicamente estar trabalhando pelo bem comum. Entretanto, durante o governo Goulart, nas disputas no Congresso prevaleceria o impasse, com a promulgação da Reforma Bancária apenas no regime militar. No regime de exceção, o acesso ao poder era ainda mais restrito a grupos de elite do que preveem as conclusões pluralistas para a democracia.

A inflação, causada pelos déficits cobertos com emissões, só poderia ser resolvida pela redução do gasto, na visão dos banqueiros, numa política de austeridade. Aumentos de impostos estavam fora de questão. Os controles do crédito também não agradavam.

Entretanto, nenhum programa de ajuste ortodoxo conseguiu manter a estabilidade política para trazer os resultados prometidos, num contexto em que a inflação reduzia o poder de compra dos assalariados, que não deixaram de fazer uso do principal recurso à sua disposição: as greves. O regime militar solucionou o problema com uma reforma tributária que daria aos bancos um importante ativo para sua estabilidade futura: títulos da dívida pública corrigidos pela inflação. Pelo menos um banqueiro, Walther Moreira Salles, enquanto Ministro da Fazenda, havia dedicado esforços no sentido de fazer um sistema de emissão de títulos da dívida para solucionar o problema, mas não teve sucesso.

Se a organização dos bancos como grupo de interesse era incipiente, a atuação política individual já era consolidada. É possível concluir que a construção de relações interpessoais era um fator crítico para o sucesso da atividade bancária. A atuação política contribuía fortemente para este fator. Não surpreende que o mapeamento dos principais bancos privados tenha revelado tantos banqueiros em atividade política. Esta atuação pública facilitou a identificação de suas posições a respeito da política econômica. Assim, a análise das posições dos banqueiros a nível individual permite esclarecer aspectos que sua representação coletiva, bastante concentrada nas questões da Reforma Bancária, não permitia compreender. Nas expressões individuais delineavam com mais liberdade sua visão sobre um conjunto maior de propostas de política econômica. Por outro lado, uma vez fora do cargo público, não raro os banqueiros saíam completamente dos holofotes, não davam mais entrevistas, já não respondiam a perguntas de jornalista algum. A discricção também faz parte da boa atividade bancária. Individualmente, levavam mais em consideração o caráter estrutural da crise, defendendo reformas além da bancária. Dos quatro banqueiros selecionados, dois eram junistas, ou seja, conservadores reformistas. Se, por um lado, eram mais explícitos na defesa de reformas, por outro lado, estiveram mais ligados ao golpe militar. As referências à superação dos problemas sociais do país vêm sempre acompanhadas de uma referência a valores cristãos, denotando seu conservadorismo. Entretanto, como grupo de interesse, não fica claro o momento em que abandonaram por definitivo o governo de Goulart.

Os bancos conseguiram levar a cabo suas propostas, mas não durante o regime democrático. A Reforma Bancária é uma questão de política econômica que permite atestar com mais clareza a efetividade dos bancos privados como grupo de interesse do que a estabilidade. Isto porque a última era um objetivo de diversos grupos sociais, enquanto a primeira dizia respeito particularmente aos bancos. Por outro lado, a solução encontrada para o desafio do financiamento do Estado, através da emissão de dívida pública indexada, toca

diretamente a atividade dos bancos, já que este constitui uma importante reserva de valor para as instituições financeiras.

Os bancos e banqueiros prosperaram, se fortaleceram e se apresentaram ao país como grupo de interesse durante o governo de João Goulart. Suas pautas, cedo ou tarde, seriam atendidas. Os desafios de estabilidade e reforma seguiriam sendo demandas do empresariado brasileiro, tendo reflexos até hoje. Os jornais da década de 1960 falam de desafios ao desenvolvimento brasileiro que, muitas vezes, seguem pautados. E sobre eles, os banqueiros continuarão emitindo uma opinião a partir de sua posição e ponto de vista privilegiados na economia nacional. Aqui foi narrado apenas o início da história deste influente grupo de interesse, cujas posições seguem influenciando a construção do capitalismo brasileiro até hoje.

## REFERÊNCIAS

2 MILHÕES e 200 mil mineiros comparecerão às urnas domingo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 06 out.1962.

ABREU, Marcelo de P. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva Abreu (Org.). **A ordem do progresso**. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 197-211.

APONTA o min. da Fazenda a inflação como o principal problema do governo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 22, 20 jan. 1962.

CAMPOS, Roberto. **Ensaio de história econômica e sociologia**. Rio de Janeiro: Apec, 1964.

BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966. p. 78-100.

BALANCETES. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 353, 30 mai. 1962.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito**: alterações de autoridades participantes. Brasília, 2016a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/Historia/Sumoc/linha-do-tempo-autoridades-Sumoc.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito**: alterações no quadro de representantes. Brasília, 2016b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/Historia/Sumoc/linha-do-tempo-composicao-conselho-Sumoc.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

BANCOS bilionários. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, 30 ago. 1961, n. 344, p. 34-35.

BANQUEIROS representados na direção do B. do Brasil. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, 12 set. 1961.

BENEVIDES, Maria V. Bossa nova da UDN. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bossa-nova-da-udn>>. Acesso em: 12/11/2016.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Hemeroteca digital**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

BLUME, Norman. Pressure groups and decision-making in Brazil. **Studies in Comparative International Development**, St. Louis, v. 3, n. 11, 1968.

BÔLSA de São Paulo: atuação dinâmica no mercado de capitais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 11, 8 out. 1961

BOUZAN, Ary. Concentração e economias de escala nos bancos comerciais brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, v. 13, n. 3. Rio de Janeiro, jul./set. 1973.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, ano 18, n. 124, 29 ago. 1963. Seção 1. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29AGO1963.pdf#page=31>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

CAINDO o governo, começa a reforma do regime. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, p. 118, 16 jun. 1962.

CARVALHO Pinto. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/carvalho\\_pinto](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/carvalho_pinto)>. Acesso em: 12 nov. 2016.

CHRISTOFFERSEN, Leif E. Taxas de juro e a estrutura de um sistema de bancos comerciais em condições inflacionárias: O caso do Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p.5-34, abr. 1969. Trimestral. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1690/5978>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

CONGRESSO de Reformas será diálogo vivo entre maiores nomes culturais do Brasil. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 21, 13 jan. 1963

COSTA, Fernando N. da. **Bancos em Minas Gerais (1989-1964)**. 1978. Dissertação (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia e Planejamento Econômico, I.F.C.H., Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1978.

COSTA, Fernando N. da. **Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI**. Campinas, mar. 2002. (Texto para Discussão IE/UNICAMP, 106).

COSTA, Fernando N. da. **Brasil dos bancos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

DAHL, Robert A. **A preface to democratic theory**. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

DÉFICIT, Editorial. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, 30 maio 1962, p. 2.

DREIFUSS, Rene A. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

EDITORIAL. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, 30 out. 1961a, n. 346, p. 2.

EDITORIAL. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, 30 dez. 1961b, n. 348, p. 2.

ÊXITO provoca a repetição de estudos sobre Nordeste. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 3 jan. 1962.

EXONERAÇÃO de Moreira Salles aceita por JG. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 12, 05 jan. 1963.

EXONERA-SE o secretario da Fazenda de S. Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 52, 24 jan. 1962.

FAZENDA e MRE: Política anterior sem alteração. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 16, 10 set. 61

FIGUEIREDO, João B. L. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/figueiredo-joao-batista-leopoldo>>. Acesso em: 12/11/2016.

FIGUEIREDO, João B. L. João Batista Leopoldo Figueiredo, Representante dos Congressistas. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, p. 33, 30 nov. 1961, n. 347.

FLEISCHER, David V. **Parlamentares mineiros: 1946-1978**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1978.

FONSECA, Pedro C. D. Legitimidade e credibilidade: Impasses da política econômica do governo Goulart. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 587-622, jul./set. 2004.

FONSECA, Pedro C. D.; MONTEIRO, Sérgio M. M. Credibilidade e Populismo no Brasil: A Política Econômica dos Governos Vargas e Goulart. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 215-243, abr./jun. 2005.

FONSECA, Pedro C. D. Capítulo 1. Desenvolvimentismo: A construção do conceito. In: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (Ed.). **Presente e futuro do desenvolvimentismo brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NEI Galvão. In: ABREU, Alzira A. de et al (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/nei\\_galvao](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/nei_galvao)>. Acesso em: 12 nov. 2016.

GILENS, Martin; PAGE, Benjamin. Testing Theories of American Politics: Elites, Interest Groups, and Average Citizens. **Perspectives on Politics**, Bloomington, v. 12, n. 3, p. 564-581, 2014.

GOLDSMITH, Raymond W. A Terceira República: 1946-1964. In: GOLDSMITH, Raymond W. **Brasil 1850-1984: Desenvolvimento financeiro sob um século de inflação**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1986. p. 219-326.

GOMES, Antonio O. “Reforma Tributária”. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, p. 33, 30 nov. 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. Rio de Janeiro, 1990.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Macroeconômico. Ipeadata**, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

IV CONGRESSO. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, 30 jan. 1964, p. 1.

KORNIS, Mônica; SOUZA, Luís O. de. Magalhães Pinto. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-magalhaes-pinto-1>>. Acesso em: 30/10/2016.

LAFER, Celso. O planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: MINDLIN, Betty (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEFF, Nathaniel. **Política Econômica e Desenvolvimento no Brasil: 1947-1964**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

LOUREIRO, Felipe P. **Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos Governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. 2012. 644 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-22082012-105827/pt-br.php>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

MACEDO, Roberto B. M. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). In: MINDLIN, Betty (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAGALHÃES, Luiz. Exação tributária do Estado de São Paulo. **Correio da Manhã**, p. 65, 1 out. 1961.

MAGALHÃES Pinto reafirma apoio à política de Quadros. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 20 ago. 1961a.

MAGALHÃES Pinto fala aos mineiros sobre a renúncia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 15 set. 1961b.

MAGALHÃES Pinto prega medidas de reforma no País. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 4 out. 1961c.

MAGALHÃES Pinto continua fiel à renovação. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 6, 19 out. 1961d.

MARIANI, Clemente. Restabelecimento da confiança vai resolver a crise nacional. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 345, 30 set. 1961.

MARKOWITZ, Michele A. **Bancos e Banqueiros: empresas e famílias no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). 2004. 102 f. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MARTINS, Paulo E. **Paulo Egydio conta: depoimento ao CPDOC – FGV**. São Paulo: Imp. Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

MAYER, Jorge M. “SALES, Válder Moreira.” In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sales-valter-moreira>>. Acesso em: 02/11/2016.

MAYER, Jorge M. “VIDIGAL, Gastão.” In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010a. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gastao-de-costa-carvalho-vidigal>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

MINELLA, Ary C. **Banqueiros: organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo / ANPOCS, 1988.

MONTEIRO, Sérgio M. M.; FONSECA, Pedro C. D. Credibility and Populism: The Economic Policies of the Goulart Administrations in Brazil. **Estudos Econômicos**, v. 42, n. 3. São Paulo: jul-set., 2012, p. 511-544.

MONTELLO, Josué. Também tem alma os Secretários da Fazenda. **Jornal do Brasil**, p. 6, 09 mar. 1961.

MOSSRI, Flamarion. “Comissões da Câmara viram 2500 projetos e aprovaram 500 na legislação de 1963.” **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01 jan. 1964.

NASSIF, Luís. Banqueiro foi personagem do século 20. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 fev. 2001. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2802200116.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

NEY Braga e Magalhães Pinto falaram sobre a integração. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 28, 25 ago. 1961.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Ajuda externa não constitui substituto de política monetária.” 08 de Setembro de 1961d, p. 16.

O GOVERNADOR de Minas reverá sua posição em face do governo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 20 dez 1961.

O PRESIDENTE Goulart recebeu o título de ‘cidadão mineiro’. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 18 nov. 1961.

O PROJETO de reforma tributária do sr. Gastão Eduardo Vidigal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 37, 26 jan. 1962.

OS ELEITOS para o Senado e a Câmara em Minas gerais. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 4., 17 nov. 1962.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Acervo**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

O III CONGRESSO. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, p. 2, 30 jun. 1962.

OITO governadores reunir-se-ão neste mês em São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 60, 5 out. 1961.

OLSON, Mancur. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.

PAIVA, Carlos Á. N.; CUNHA, André M. **Noções de economia**. Brasília: FUNAG, 2008.

- PIAUI receberá crédito rotativo de 150 milhões. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, 28 out. 1961
- POLÍTICA de austeridade em São Paulo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, 10 set. 1961.
- QUADROS recebeu vários políticos na base de Cumbica. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 9, 26 ago. 1961.
- RECEBEU o min. da Fazenda o anteprojeto do Crédito Público. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 35, 28 fev. 1962
- RESENDE, André L. Capítulo 9: Estabilização e reforma: 1964-1967. ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso**. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 197-211.
- SALLES, Walther M. Defesa da Independência Econômica e do Crédito do Brasil no Exterior. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 344, 30 set. 1961a.
- SALLES, Walther M. Esforço Solidário dos Banqueiros Para Sobrevivência da Democracia. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 346, 30 nov. 1961b.
- SANTOS, Manoel L. W. D. **O parlamento sob influência**: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados. 2011. 196 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- SCHLOZMAN, Kay L.; VERBA, Sidney; BRADY, Henry E. **The unheavenly chorus**: unequal political voice and the broken promise of American democracy. Princeton, Estados Unidos: Princeton University Press, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.
- SILVA, Antonio C. M. e. **Macroeconomia sem equilíbrio**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SIGILO. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, 30 out. 1963, p. 42.
- SIMONSEN, Mário H. **O mercado brasileiro de capitais**. Brasília: EPEA, 1965.
- SIMONSEN, Mário H. Inflation and the money and capital markets of Brazil. In: ELLIS, Howard. (Ed.). **The economy of Brazil**. Berkley; Los Angeles: University of California, 1969. p. 133-161.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castello (1930-64). São Paulo: Cia. Das Letras, 2010.
- SOUZA, Ioneide P. B. de. “FARIA, Clemente Soares de”. In: ABREU, Alzira A. de et al (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FARIA,%20Clemente%20Soares%20de.pdf>>. Acesso em: 30/10/2016.

TAVARES, Maria da C. **Acumulação de capital e industrialização do Brasil**. Campinas: Unicamp, 1986.

TAVARES, Maria da C.; SERRA, José. Mais além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil. In: TAVARES, Maria da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. xx-xx

TÊRMO aos desacertos em materia financeira, anuncia Moreira Salles. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 48, 28 dez. 61.

TRANQUILIDADE e trabalho. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, 30 set. 1963, p. 1.